

**CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON/ PR****21. PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA: uma análise dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior, de Cascavel - PR**

**PSEUDÔNIMO DO AUTOR: MARIA DE FÁTIMA NOTTOCS**

**CATEGORIA:**

**ECONOMIA PARANAENSE ( )**

**ECONOMIA PURA OU APLICADA ( X )**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	viii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1.1 Problema e sua importância</b> .....	1
<b>1.2 Objetivos</b> .....	5
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	6
<b>2.1 Função consumo</b> .....	6
2.1.2 Irving Fisher e a escolha intertemporal.....	6
2.1.3 Franco Modigliani e a hipótese do ciclo de vida.....	14
<b>2.2 Crédito e endividamento pessoal</b> .....	16
<b>2.3 Educação financeira</b> .....	19
<b>2.4 Planejamento financeiro pessoal</b> .....	21
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	26
<b>3.1 Desenvolvimento da pesquisa</b> .....	26
<b>3.2 População e tamanho da amostra</b> .....	27
<b>3.3 Metodologia para análise dos resultados</b> .....	29
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	31
<b>4.1 Perfil sócio-econômico da população estudada</b> .....	31
<b>4.2 Estrutura das finanças pessoais e nível de endividamento</b> .....	36
<b>4.3 Nível de educação financeira</b> .....	43
4.3.1 Perfil dos discentes com conhecimento insuficiente.....	47
4.3.2 Perfil dos discentes com conhecimento moderado.....	49
4.3.3 Perfil dos discentes com conhecimento satisfatório.....	50
<b>4.4 Análise da relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos discentes</b> .....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	58
<b>ANEXO</b> .....	61
ANEXO A - Questionário aplicado aos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior, de Cascavel – PR.....	62

## RESUMO

A educação financeira consiste no processo de desenvolvimento da capacidade dos agentes econômicos em conhecer e compreender os termos financeiros e usá-los na tomada de decisões otimizadas no que diz respeito ao consumo, poupança e investimento. Nesse sentido, com a estabilização econômica brasileira, advinda da adoção do Plano Real, observou-se um ambiente favorável às discussões sobre a importância da educação financeira no planejamento orçamentário dos indivíduos, frente às facilidades de créditos oferecidas à sociedade, que reflita as reais necessidades e prioridades pessoais e não ocasione um ciclo de endividamento que comprometa a renda presente e futura de forma desequilibrada e insustentável. Diante disso, este estudo teve como objetivo verificar o nível de educação financeira dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Cascavel em 2010. Para tanto, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, com análise documental, bibliográfica e de campo. Utilizou-se de questionário estruturado e análises estatísticas para alcançar o objetivo proposto. Diante disso, constatou-se que o perfil sócio-econômico dos discentes foi caracterizado como maioria do sexo feminino, solteiros, que trabalham em período integral, com carteira assinada, possuem renda pessoal mensal entre R\$ 501,00 a R\$ 700,00 e faixa etária média de 20,6 anos. Os resultados indicaram que a maioria dos discentes guarda parte do dinheiro, mas deixam em última opção a destinação da renda para poupança e investimento e também não realizam e atualizam o planejamento financeiro. Constatou-se que o valor médio da dívida é de R\$ 227,21, e as principais situações que levam o indivíduo ao endividamento são estudos, roupas, alimentos e saúde, alguns desses bens e serviços são de necessidades básicas. Quanto ao nível de endividamento dos discentes verificou-se que a maioria não possui dívidas ou está pouco endividado, no entanto, também notou-se que existem indivíduos com risco de sobre-endividamento ou sobre-endividados. Além disso, observou-se que para a maioria dos discentes o nível de educação financeira é insuficiente. Assim o maior nível de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas.

**Palavras-Chave:** endividamento, educação financeira, Cascavel – PR, discentes de Administração e Ciências Contábeis.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Restrição orçamentária do consumidor.....	9
Figura 2 – Preferências do consumidor.....	9
Figura 3 – O ótimo do consumidor.....	10
Figura 4 – Restrição aos empréstimos.....	12
Figura 5 – Ótimo do consumidor com uma restrição aos empréstimos.....	13
Figura 6 – Ótimo do consumidor com uma restrição aos empréstimos.....	13
Figura 7 – Variação da função consumo ao longo do tempo.....	15
Figura 8 - Consumo, renda e riqueza ao longo do ciclo de vida.....	16
Figura 9 – Distribuição da faixa etária dos entrevistados.....	33
Figura 10 – Distribuição de pessoas residentes no domicílio.....	35
Figura 11 – Distribuição da escolaridade dos pais.....	36
Figura 12 – Realização e atualização de planejamento financeiro.....	38
Figura 13 – Distribuição do percentual de conhecimento sobre gerenciamento de recursos próprios.....	43
Figura 14 – Distribuição da preocupação com a aposentadoria.....	44

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Distribuição das IES e discentes amostrados.....	28
Tabela 2 – Indicadores de endividamento.....	30
Tabela 3 – Perfil dos discentes entrevistados .....	31
Tabela 4 – Demonstrativo de renda.....	33
Tabela 5 – Correlação entre o uso da renda e o nível de endividamento.....	40
Tabela 6 – Correlação entre o nível de endividamento e os gastos mensais.....	40
Tabela 7 – Distribuição de situações de endividamento.....	41
Tabela 8 – Distribuição dos discentes por nível de endividamento.....	42
Tabela 9 – Disponibilidade para investimento.....	45
Tabela 10 – Distribuição da amostra por conhecimento das variáveis de educação financeira.....	46
Tabela 11 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira.....	47
Tabela 12 – Distribuição do perfil dos discentes com conhecimento insuficiente para educação financeira.....	48
Tabela 13 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento insuficiente.....	49
Tabela 14 – Distribuição do perfil dos discentes com conhecimento moderado para educação financeira.....	49
Tabela 15 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento moderado.....	50
Tabela 16 – Distribuição do perfil dos discentes com conhecimentos satisfatório para educação financeira.....	51
Tabela 17 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento satisfatório.....	51
Tabela 18 – Distribuição dos discentes, tendo em vista o nível de educação financeira e o nível de endividamento.....	52

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O problema e sua importância

Antes da implementação do Plano Real, gastar todo o dinheiro o mais rápido possível era uma prática comum no Brasil, pois não havia lógica em poupar e a idéia de planejamento econômico futuro não parecia ser viável, devido ao rápido reajuste dos preços dos bens e serviços, que segundo Nardi (2009, p.20), “passavam assustadoramente de uma frequência mensal para semanal, de semanal para diária até o incrível limite de apenas algumas horas entre um reajuste e outro”. Dessa forma, as decisões de consumo eram tomadas diante do contexto de incertezas acerca do comportamento dos preços, devido à inflação inercial, e o que importava era a velocidade do consumo imediato.

Conforme Nardi (2009), essa corrida desenfreada pelo consumo se transformou em um ciclo vicioso e, se isso já era complicado para as classes médias e altas, para a classe de baixa renda era devastador. Ainda segundo este autor, “durante décadas de inflação o consumidor de baixa renda praticamente inexistiu a não ser para o consumo de bens básicos, que atendiam as suas necessidades fisiológicas mínimas” (NARDI, 2009, p.20).

O Plano Real, implantado em julho de 1994 pelo então ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso, do governo de Itamar Franco, caracterizou-se como um plano de estabilização econômica que visava o controle inflacionário, e uma das principais etapas desse plano foi a emissão de uma nova moeda nacional com o poder aquisitivo estável, o Real. Desse modo, a queda da inflação teve efeitos significativos sobre o poder de compra da população e, por conseguinte, sobre o consumo que também foi estimulado pelos efetivos incrementos na massa salarial e no nível de emprego (REGO e MARQUES, 2004).

Para Nardi (2009), a estabilização econômica proporcionou ao consumidor de baixa renda sobras no orçamento familiar que se transformou em possibilidade de inserção no consumo de uma maneira mais efetiva. De acordo com Rego e Marques (2004), um ganho adicional de renda real adveio da eliminação da incerteza associada à forte oscilação dos salários reais. Esse ganho derivado da estabilização da moeda também explicitou-se no mercado pela maior facilidade que os assalariados passaram a ter no acesso do crédito ao consumidor.

Nesse contexto, pode-se dizer que após a adoção do Plano Real tornou-se necessário uma série de mudanças no comportamento dos agentes econômicos, principalmente no que

diz respeito ao consumo. A estabilização proporcionou um ambiente favorável ao planejamento econômico, porém este não vem sendo realizado com sucesso, devido aos antigos hábitos que esses agentes econômicos herdaram e da facilidade no acesso ao crédito ao consumidor, o que vem ocasionando um aumento no endividamento pessoal.

Além disso, a renda adicional obtida através desse crédito ao consumidor nem sempre é utilizada corretamente. Para que isso ocorra, é necessário que os agentes econômicos estabeleçam um planejamento econômico viável e eficaz e, para tanto, é preponderante apresentar um conhecimento em termos financeiros, ou seja, um nível de educação financeira.

Conforme a SERASA (2010a), o Indicador de Demanda por Crédito ao Consumidor, no Brasil, entre 2009 até o mês de abril/2010 obteve um aumento de 7,6% e, também segundo o SERASA (2010b) o Índice de Inadimplência desse consumidor, de 2009 até o mês de março/2010 teve uma redução de 5,5%.

Para Soares e Leboutte (2007), o consumismo pode levar ao endividamento pessoal, causando, desse modo, a desorganização financeira no orçamento familiar e também prejudicando a qualidade de vida das pessoas e das famílias.

Para o Conselho Regional de Economia do Paraná – Corecon (2010), uma das características do consumismo é o desejo desenfreado pelo consumo, deixando-se levar por anúncios encantadores, pelo marketing das empresas que comercializam os produtos e serviços, ou seja, é o ato de comprar produtos e/ou serviços sem a real necessidade e sem conhecimento dos seus impactos. A solução para isso não é nada fácil, no entanto, uma possibilidade de amenizar esse problema está no consumo consciente, que é o ato ou decisão de consumo praticado por um indivíduo levando em conta o equilíbrio entre sua satisfação pessoal, as possibilidades ambientais e os efeitos sociais dessa decisão.

Com as facilidades de crédito oferecidas à sociedade, o consumo é estimulado e intensificado, ocasionando o endividamento pessoal e o comprometimento não somente da renda momentânea, mas também da renda futura, ou seja, aquela que ainda não foi gerada.

Assim, os indivíduos satisfazem suas necessidades imediatas com renda futura, afetando seu orçamento futuro e ingressando no ciclo do endividamento, de tal modo que isso se torna uma situação rotineira. As condições dessa situação podem ser diversas: má gestão das finanças pessoais, tipo de relação de trabalho, status, fatores culturais, emocionais, sociais e éticos. Segundo Gastaldi (1995, p. 275), “a concessão imoderada de crédito poderá ser bastante prejudicial ao ritmo econômico, pelo incitamento a um consumo individual superior à respectiva capacidade aquisitiva”.

De acordo com o mesmo autor, a troca, e, conseqüentemente, o crédito, que significa a

confiança e constitui um alargamento dessa, são as partes essenciais da circulação das riquezas. Desse modo, o crédito é uma modalidade de troca pela qual um dos contratantes aceita ceder um bem ou serviço por uma contraprestação correspondente ao seu valor no futuro.

Em uma sociedade moderna, são inúmeras as formas de oferta de crédito, destacando-se o cheque especial, o cartão de crédito, o crédito direto ao consumidor, o crédito consignado, o microcrédito e, ainda, as inúmeras formas de crédito informal. O sistema creditício é uma das formas mais utilizadas pelo comércio para estimular as vendas e a concorrência entre as lojas. Diante disso, o consumidor, em geral, avalia se pode pagar as parcelas, muitas vezes sem observar o valor real dos juros embutidos nelas. Com a oferta de crédito abundante, os consumidores têm a oportunidade de adquirir bens e serviços imediatos com renda futura, sem avaliar o valor total desses bens e serviços e se pagará um valor adicional por eles.

Nesse sentido, a preocupação com a educação financeira vem crescendo, pois um melhor planejamento financeiro pessoal resulta em decisões financeiras mais conscientes e a uma classificação de prioridades financeiras a serem alcançadas através desse planejamento. Tal questão também é relevante para impulsionar a prevenção do endividamento pessoal e o comprometimento do orçamento, já que o consumidor não adquire somente bens e serviços necessários para sua sobrevivência, tais como habitação (aluguel), alimentação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência médica, conforme as informações ilustradas pela Pesquisa de Orçamento Familiar – POF (2002 – 2003), mas também se utiliza da oferta de crédito para adquirir bens e serviços supérfluos.

Portanto, as decisões financeiras tomadas por esses agentes econômicos afetam tanto a sua vida econômica como a sua vida social, sendo que o planejamento econômico utilizado corretamente propicia uma melhor gestão das finanças pessoais, uma vez que dimensiona quanto se ganha, quanto se gasta e quais as metas financeiras a serem atingidas a curto e longo prazo (TOSCANO JÚNIOR, 2004).

Por meio de um planejamento econômico adequado é possível classificar as necessidades ilimitadas, identificar e eliminar os gastos supérfluos dos agentes econômicos. Esse planejamento necessita ser estabelecido com base nos objetivos e prioridades pessoais e refletir as necessidades ao longo da vida, bem como levar em conta as possibilidades de serem atingidos. Dessa forma, pode-se dizer que o planejamento financeiro pessoal auxilia no consumo saudável e no futuro equilibrado nas finanças pessoais. Este é um dos pontos mais importantes para o sucesso financeiro e deve ser sustentado, conforme Toscano Júnior (2004),



em dois pilares: disciplina e objetividade.

O planejamento é um processo que envolve tomada de decisões no presente que à reflexos no futuro, geralmente de maneira a se obter o melhor resultado. Esse planejamento é consequência de uma conscientização advinda da educação financeira. Sendo assim, educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano para a compreensão dos termos financeiros, conceitos e riscos corridos, podendo constituir-se em um facilitador nas tomadas de decisões de consumo ou de poupança, permitindo uma maior integração entre os indivíduos na sociedade e no mercado de bens e serviços. Deste modo, a educação financeira possui relevância por constituir-se em um assunto bastante presente no cotidiano das empresas e pessoas. No entanto, essa temática ainda é pouco explorada e difundida no Brasil, sendo necessárias novas pesquisas que ampliem essa discussão.

O oferecimento de disciplinas correlatas ao tema em cursos regulares de colégio, Instituições de Ensino Superior é praticamente inexistente (SOUSA e TORRALVO, 2008). Para Martins (2004), o aluno, nos onze anos de educação básica, não estuda noções de comércio, economia, finanças ou impostos, ou seja, o sistema educacional ignora o assunto ‘dinheiro’.

Sem esse conhecimento básico os alunos chegam à fase adulta com pouca noção de educação financeira. Além disso, segundo Martins (2004, p. 5) “mesmo nos cursos da área de finanças, não há preocupação em ensinar como gerir as finanças pessoais, não se discute a postura de vida diante do dinheiro e não se fala da relação entre as emoções e o sucesso financeiro”. Nem mesmo no curso de Economia aprende-se a resolver problemas financeiros pessoais. Ainda para Martins (2004, p. 30) “muitas pessoas apresentam rejeição diante das expressões financeiras”, fato esse que precisa ser revisto já que a alfabetização financeira é fundamental para que os indivíduos possam fazer escolhas mais acertadas em um contexto de tantas informações e apelos ao consumo.

Assim sendo, devido às poucas iniciativas de exploração e discussão sobre educação financeira no Brasil, torna-se importante pesquisá-la para contribuir na sua difusão. Neste sentido, o problema a ser analisado nesse trabalho consiste em saber qual o nível de educação financeira dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis, das Instituições de Ensino Superior de Cascavel – PR.

Deste modo, optou-se pela análise dos cursos noturnos de Cascavel por acreditar-se que os discentes que estudam nesse período trabalham e contribuem com o orçamento familiar e possuem um nível de educação financeira mais elevado. Priorizou-se a área de

Ciências Sociais Aplicadas, pois espera-se que os discentes desses cursos estejam melhor preparados para trabalhar com conceitos e aplicações financeiras. Deste modo, para que o comparativo seja possível entre a única instituição pública de Cascavel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e para as demais instituições particulares efetuou-se um levantamento dos cursos noturnos da área de Ciências Sociais Aplicadas em comum. Assim, constatou-se que o comparativo somente poderia ocorrer com os cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Sendo assim, o presente estudo relaciona à qualidade da tomada de decisões desses discentes no tocante a aspectos financeiros, verificando como a educação financeira influencia as decisões de consumo ou poupança, e se esse o nível de educação financeira tem consequência no endividamento pessoal, além da importância que a educação financeira exerce sobre o planejamento financeiro pessoal desses discentes.

## **1.2 Objetivos**

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o nível de educação financeira dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Cascavel.

Para tanto, pretende-se:

- a) Verificar o perfil sócio-econômico da amostra estudada;
- b) Identificar qual o nível de endividamento e educação financeira desses discentes;
- c) Compreender qual a relação existente entre o nível de endividamento e educação financeira.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os indivíduos e famílias tomam decisões entre a proporção de renda a ser consumida no presente e quanto deve ser poupado para o futuro e, essas decisões afetam a maneira como se comporta a economia como um todo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo. No longo prazo, as decisões são cruciais para a análise devido ao seu papel no crescimento econômico, já no curto prazo, devido ao seu papel na determinação da demanda agregada (MANKIW, 1998).

Desta forma, para uma melhor compreensão sobre o tema a ser abordado nessa pesquisa, apresentar-se-á na seqüência, uma visão da função consumo de Irving Fisher e Franco Modigliani, bem como uma revisão sobre o crédito e endividamento pessoal, educação financeira e planejamento financeiro pessoal.

### 2.1 Função consumo

#### 2.1.1 Irving Fisher e a escolha intertemporal

Segundo Mankiw (1998), a função consumo proposta por Keynes relaciona o consumo e a renda atual, no entanto essa relação é incompleta, pois os consumidores decidem quanto consumir e quanto poupar considerando o presente e o futuro. Quanto mais consomem hoje, menos poderão consumir no futuro, de modo que os agentes econômicos devem considerar suas expectativas em relação ao que esperam ganhar no futuro e aos bens e serviços que esperam poder consumir.

Conforme esse mesmo autor, Irving Fisher desenvolveu um modelo onde os consumidores racionais e previdentes efetuam opções de consumo intertemporais, ou seja, envolvendo períodos distintos. Esse modelo propõe que os agentes econômicos enfrentam uma restrição orçamentária e essa deve ser considerada como intertemporal. Também devem ser ressaltadas as preferências desses agentes e como essas determinam sua escolha entre consumo e poupança, no presente e no futuro.

A preferência entre bens presentes ou futuros é chamada de temporal ou impaciência humana, pois os agentes econômicos decidem hoje o que desejam consumir, no presente ou

no futuro. Essa preferência tem uma importância relevante no papel dos juros, pois a taxa de juros é o prêmio percentual pago sobre o dinheiro, em determinada data, em termos de remuneração que estará em mãos um ano depois, ou seja, é o prêmio percentual sobre bens presentes em relação aos bens futuros do mesmo tipo (FISHER, 1984).

As pessoas têm necessidades ilimitadas, no entanto, enfrentam uma restrição orçamentária imposta pela renda que limita o consumo. Deste modo, ao decidirem quanto consumir hoje em oposição a quanto poupar para o futuro, enfrentam uma restrição orçamentária intertemporal, que mede os recursos totais disponíveis para o consumo hoje e no futuro. Como os agentes econômicos têm a oportunidade de tomar emprestado e/ou poupar, o consumo em qualquer período determinado pode ser maior ou menor que a renda nesse período (MANKIW, 1998).

Considere-se que a renda do consumidor em dois períodos restringe o consumo nos dois períodos. No primeiro período, a poupança é igual à renda menos o consumo, representado pela eq. (1) a seguir:

$$S = Y_1 - C_1 \quad (1)$$

onde  $S$  é a poupança, ressaltando que esta variável pode representar também empréstimos. No segundo período, o consumo é igual à poupança acumulada, inclusive os juros recebidos sobre essa poupança, mais a renda do segundo período. Desta forma, tem-se a seguinte equação:

$$C_2 = (1 + r) S + Y_2 \quad (2)$$

em que  $r$  é a taxa de juros real.

Se o consumo no primeiro período é inferior à renda no primeiro período, o agente econômico está poupando e  $S$  é maior que zero. Se o consumo no primeiro período é maior que a renda no primeiro período, o agente econômico está tomando emprestado e  $S$  é menor que zero. Para simplificar, parte-se do princípio de que a taxa de juros para tomar emprestado é a mesma que a taxa de juros que se paga para a poupança.

Para obter a restrição orçamentária do consumidor, combina-se as funções (1) e (2) e substituindo o  $S$  da segunda equação por sua expressão na primeira, obtém-se:

$$C_2 = (1 + r) Y_1 - (1 - r) C_1 + Y_2 \quad (3)$$

Para interpretar esta equação, deve-se rearranjar seus termos. Para juntar todos os termos de consumo, desloca-se  $(1 + r) C_1$  do lado direito para o lado esquerdo da igualdade, a fim de obter

$$[(1 + r) C_1] + C_2 = [(1 + r) Y_1] + Y_2 \quad (4)$$

Na seqüência, divide-se os dois lados por  $(1 + r)$  para obter:

$$C_1 + \frac{C_2}{(1 + r)} = Y_1 + \frac{Y_2}{(1 + r)} \quad (5)$$

Com isso, chega-se ao consumo dos dois períodos, bem como a renda desses períodos. Essa é a forma padrão de demonstrar a restrição orçamentária intertemporal e apresenta a seguinte interpretação: se taxa de juros é zero, a restrição orçamentária mostra que o consumo total nos dois períodos é igual à renda total nos dois períodos. Usualmente a taxa de juros é maior que zero, desta forma, o consumo futuro e a renda futura são descontados pelo fator  $(1 + r)$ . Esse **desconto** deriva dos juros ganhos com a poupança e como o consumidor auferir juros sobre a renda corrente que está sendo poupada, a renda futura vale menos que a renda corrente. Da mesma forma, como o consumo futuro é pago com os juros da poupança, este vale menos do que o presente. O fator  $1/(1 + r)$  é o preço do consumo no segundo período avaliado em termos do consumo do primeiro período, isto é, a parcela de consumo do primeiro período da qual o consumidor deve abrir mão para obter uma unidade de consumo no segundo período.

A Figura (1) representa a restrição orçamentária dos agentes econômicos, sendo assinalados como exemplo três pontos. No ponto A, o consumo do primeiro período é de  $Y_1$  e do segundo período é  $Y_2$ , de modo que não há poupança ou empréstimo entre os dois períodos. No ponto B, o agente econômico não consome nada no primeiro período, poupando toda a renda, onde o consumo no segundo período é  $[(1 + r) Y_1] + Y_2$ . No ponto C, o consumidor planeja não consumir nada no segundo período e tomar emprestado o máximo possível por conta da renda do segundo período, de modo que o consumo do primeiro período é  $Y_1 + [Y_2 / (1 + r)]$ .

Estas são três das muitas combinações possíveis entre o consumo do primeiro período e o do segundo período. O consumidor pode escolher qualquer um dos pontos ao longo da linha entre B e C.

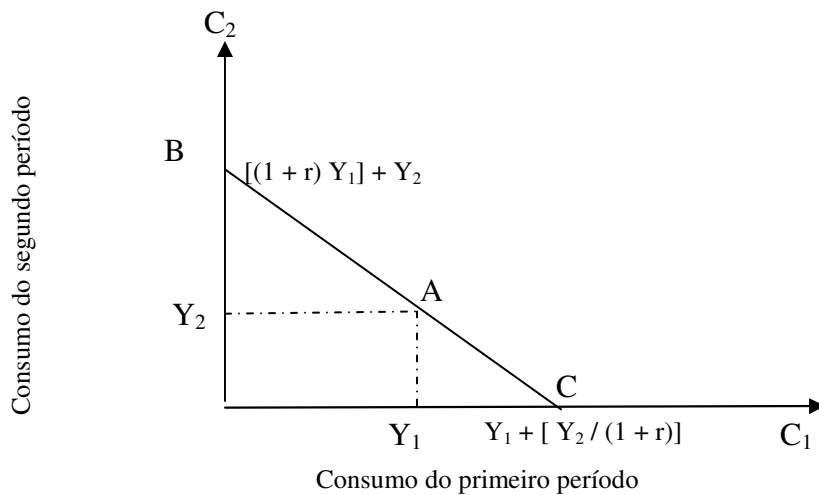


Figura 1 - Restrição Orçamentária do Consumidor

Fonte: Mankiw (1998)

Com a definição da restrição orçamentária, passa-se a determinação das preferências do consumidor quanto aos dois períodos. Essas preferências podem ser representadas por **curvas de indiferença**<sup>1</sup>. Desse modo, o consumo do primeiro período é inversamente proporcional ao consumo do segundo período, assim, se o consumo do primeiro período reduz, o consumo do segundo período poderá ser aumentado. A Figura 2 na seqüência, mostra duas curvas de indiferença possíveis, para um determinado consumidor (FISHER, 1984).

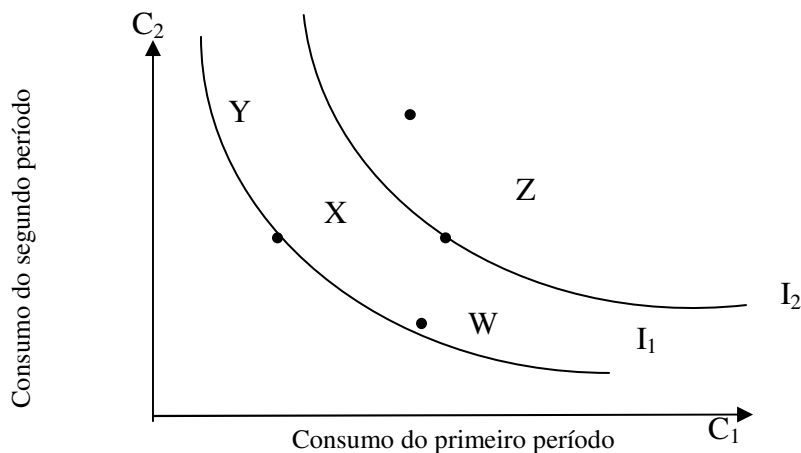


Figura 2 - Preferências do Consumidor

Fonte: Mankiw (1998)

<sup>1</sup> Estas mostram as combinações de consumo no primeiro e segundo períodos que proporcionam igual satisfação ao consumidor;

A inclinação de qualquer ponto da curva de indiferença mostra de quanto consumo no segundo período o consumidor necessita para se sentir compensado pela redução de uma unidade de consumo no primeiro período. Chama-se essa inclinação de **taxa marginal de substituição** entre o consumo do primeiro e o do segundo período e esta taxa depende do nível de consumo nos dois períodos.

O consumidor está igualmente satisfeito em todos os pontos em uma determinada curva de indiferença, mas prefere algumas curvas de indiferença a outras. Como prefere mais consumo a menos consumo, o consumidor prefere as curvas de indiferença mais altas em vez das mais baixas, com base na Figura 2, vai preferir estar em  $I_2$ . O conjunto de curvas de indiferença proporciona uma classificação completa das preferências do consumidor.

Para Fisher (1984), após examinar-se a restrição orçamentária e as preferências do consumidor, pode-se considerar a decisão sobre o quanto consumir. Os agentes econômicos gostariam de conseguir a melhor combinação de consumo nos dois períodos, esse ponto ótimo é onde a curva de indiferença tangência a restrição orçamentária, representado pelo ponto O, na Figura 3.

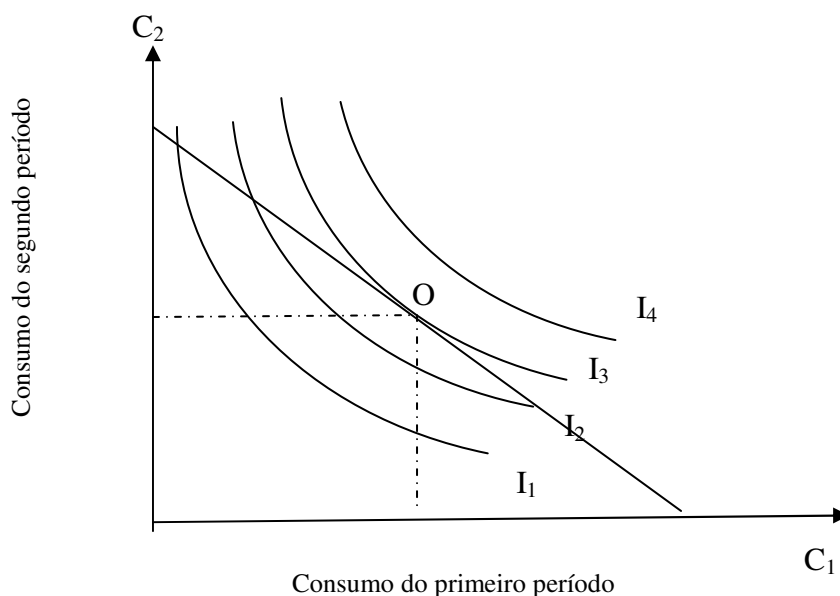


Figura 3 - O Ótimo do Consumidor

Fonte: Mankiw (1998)

Nesse ponto ótimo, a inclinação da curva de indiferença é igual à inclinação da linha de orçamento, sendo que a inclinação da curva de indiferença representa a taxa marginal de substituição, e a inclinação da linha de orçamento é igual a um mais a taxa de juros real, assim, o ponto ótimo é representado pela eq. 6, conforme abaixo:

$$\text{TMS} = 1 + r \quad (6)$$

A partir disso, pode-se examinar as variações na renda que afetam o consumo, deslocando a restrição orçamentária para a direita quando ocorre um aumento na renda e para a esquerda quando ocorre uma redução. Uma restrição orçamentária mais elevada, ou seja, uma renda maior, permite aos agentes econômicos escolher uma melhor combinação de consumo entre os dois períodos, alcançando uma curva de indiferença mais elevada. Desta forma, esse aumento na restrição orçamentária resulta em um consumo mais elevado nos dois períodos, independente do fato de que o aumento na renda ocorra em um ou outro período (MANKIW, 1998).

Como os agentes econômicos podem tomar emprestado ou poupar entre os períodos, o *timing* da renda não afeta as decisões quanto ao montante do consumo do dia de hoje. Portanto, o consumo depende do valor presente da renda corrente e da renda futura, isto é:

$$\text{Valor Presente da Renda} = Y_1 + [Y_2 / (1 + r)] \quad (7)$$

Para Mankiw (1998), ao contrário da função consumo keynesiana, o modelo de Fisher considera que o consumo não depende tanto da renda corrente. Na verdade, o consumo depende dos recursos que os agentes econômicos esperam auferir ao longo da sua vida.

Além disso, pode-se verificar que uma variação na taxa de juros real afeta as decisões de consumo e de poupança. Com um aumento na taxa de juros real, há uma rotação na linha relativa a restrição orçamentária, conseqüentemente essa mudança altera o volume de consumo nos dois períodos, logo tem-se que consumo do primeiro período é reduzido, e o consumo do segundo período é aumentado (MANKIW, 1998).

Decompõe-se o impacto desse aumento na taxa de juros real em dois efeitos: **efeito-renda** e **efeito-substituição**. O efeito-renda é a variação do consumo que resulta da passagem para uma curva de indiferença mais alta. O efeito-substituição é a mudança do consumo que resulta de uma variação do preço relativo nos dois períodos. A escolha do consumidor depende de ambos os efeitos, esses efeitos contribuem para aumentar o consumo no segundo período. No entanto, os dois efeitos têm impactos opostos sobre o consumo do primeiro período, já que o aumento na taxa de juros real tanto pode aumentar como pode diminuir o consumo no primeiro período.

Conforme Mankiw (1998), o modelo de Fisher pressupõe que o consumidor tanto pode tomar empréstimos, consumindo no presente parte da sua renda futura, quanto poupar. No entanto, caso o consumidor não possa tomar emprestado, dada a falta de acesso ao crédito, enfrentará uma restrição adicional, de que o consumo no primeiro período não poderá ultrapassar a renda desse período. Deste modo, a restrição aos empréstimos pode ser expressa



por:

$$C_1 \leq Y_1 \quad (8)$$

onde o consumo no período um é menor ou igual a renda no período um. Essa nova restrição é chamada de **restrição dos empréstimos**, ou *restrição da liquidez*.

A Figura 4, mostra que esta restrição à tomada de empréstimos reduz o conjunto de escolhas dos agentes econômicos, e estas devem satisfazer tanto a restrição orçamentária quanto a restrição aos empréstimos, representando assim as combinações de consumo nos dois períodos que atendam ambas as restrições.

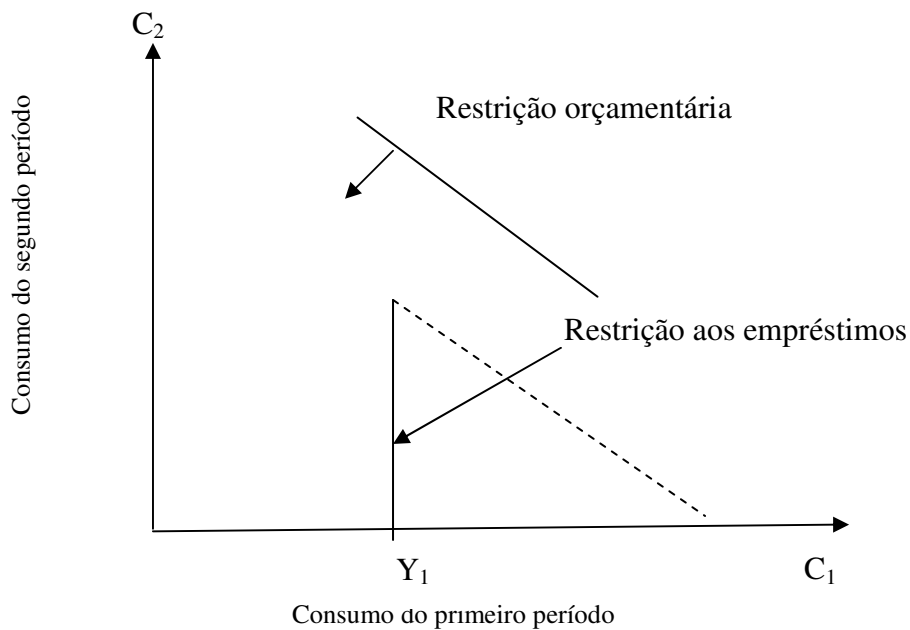


Figura 4 - Restrição aos Empréstimos

Fonte: Mankiw (1998)

Para compreender o significado dessa restrição, analisar-se-á duas situações distintas. Na primeira os agentes econômicos desejam consumir, no primeiro período, menos do que ganham, assim, tanto a restrição aos empréstimos quanto a restrição orçamentária não são impeditivas e não afetam o consumo, pois os agentes econômicos escolheram uma curva de indiferença que tangencia a restrição orçamentária, no ponto F, conforme a Figura 5.

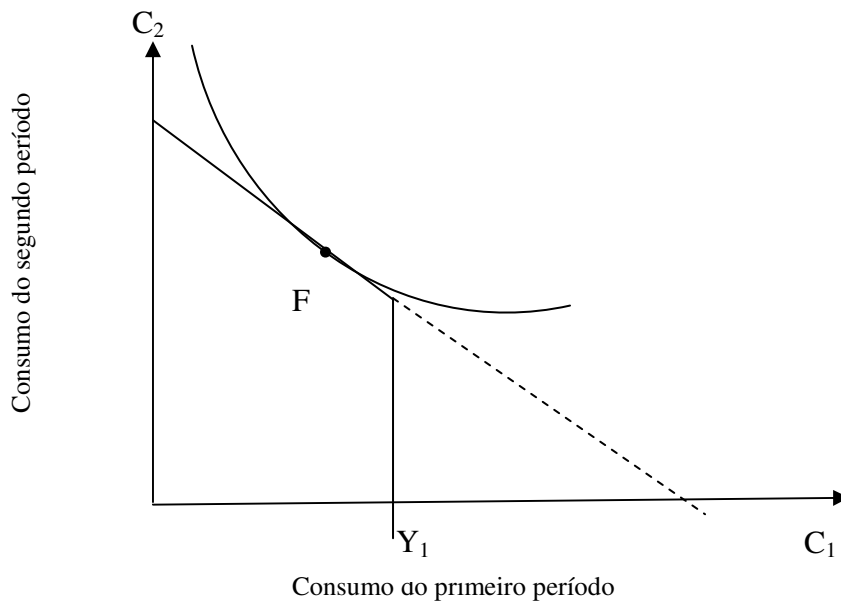


Figura 5 - Ótimo do Consumidor com uma Restrição aos Empréstimos  
Fonte: Mankiw (1998)

Na segunda situação os agentes desejam consumir mais do que ganham e, deste modo, a restrição aos empréstimos os impedem de fazê-lo, conforme Figura 6. Nesse caso, o agente econômico, gostaria de emprestar e escolher o ponto D, mas como o empréstimo não é permitido, devido a restrição ao crédito, a melhor opção disponível é o ponto E. Com isso, verifica-se que quando a restrição aos empréstimos é impeditiva, o consumo do primeiro período tem que ser igual ou menor do que a renda do mesmo período.

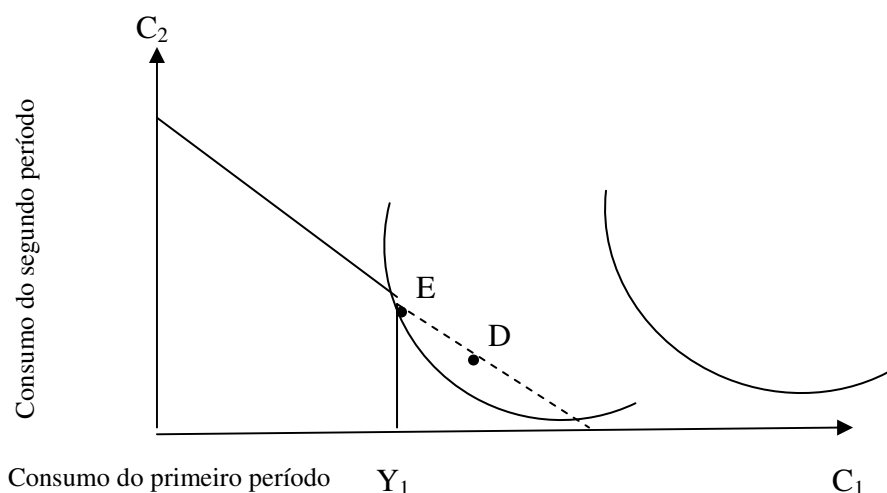


Figura 6 - Ótimo do Consumidor com uma Restrição aos Empréstimos  
Fonte: Mankiw (1998)

Diante do exposto, infere-se que existem duas funções consumo, ou seja, para os

agentes econômicos em que a restrição aos empréstimos não é impeditiva, o consumo depende do valor presente da renda vitalícia,  $Y_1 + [Y_2 / (1 + r)]$ . E, para outros em que a restrição aos empréstimos é impeditiva, a função consumo é  $C_1 = Y_1$ . Deste modo, a consequência para os agentes econômicos que desejam tomar empréstimos mas não conseguem fazê-lo, é que o consumo depende unicamente da renda corrente.

### 2.1.2 Franco Modigliani e a hipótese do ciclo de vida

Segundo Mankiw (1998), Modigliani destacou que a renda varia ao longo da vida dos indivíduos e que a poupança permite aos agentes econômicos deslocarem sua renda, nos períodos em que essa é alta para aqueles em que é mais baixa, esta interpretação do comportamento do consumidor é a base de sua **hipótese do ciclo de vida**.

Essa hipótese analisa os indivíduos que planejam seu comportamento de consumo e poupança no decorrer de longos períodos com a intenção de alocar seu consumo da melhor forma possível por toda sua vida. As razões pelas quais a renda varia ao longo da vida de uma pessoa podem ser diversos, dentre elas uma das mais importantes é a aposentadoria. Muitos dos indivíduos planejam aposentar-se com 65 anos e esperam uma grande queda em seus rendimentos, mas não desejam uma significativa redução em seu consumo (DORNBUSCH; FISCHER, 1991).

Conforme Mankiw (1998), os recursos do consumidor ao longo de sua vida são compostos pela riqueza inicial ( $W$ ) e pelos ganhos auferidos no decorrer de sua vida,  $R \times Y$ , onde  $R$  são os anos que restam para trabalho e  $Y$  é a renda ganha nesses anos. Para simplificar, supõe-se que a taxa de juros é igual a zero, caso contrário, ter-se-ia que considerar os juros obtidos através da poupança. Os agentes econômicos podem dividir os recursos de sua vida entre os  $T$  anos que lhe restam de vida, supondo que deseje alcançar a trajetória mais regular possível. Desta forma, a função de ciclo de vida proposta por Modigliani é expressa abaixo:

$$C = (W + RY) / T \quad (9)$$

Rearranjando os termos tem-se:

$$C = (1 / T)W + (R / T) Y \quad (10)$$

Essa função diz que o consumo depende tanto da renda quanto da riqueza. Se todos os agentes econômicos planejarem assim seu consumo, a função consumo agregada é muito semelhante à função consumo individual. Em especial o consumo agregado depende tanto da renda quanto da riqueza. Logo, a função consumo da economia é representada por:

$$C = \alpha W + \beta Y \quad (11)$$

onde o parâmetro  $\alpha$  é a propensão marginal a consumir decorrente da riqueza e  $\beta$  é a propensão a consumir renda.

A eq. 11, mostra a relação entre consumo e renda tal como definida pelo modelo do ciclo de vida. A qualquer nível de riqueza o modelo fornece uma função consumo convencional. No entanto, a interseção da função consumo  $\alpha W$  não é um valor fixo e depende do nível de riqueza.

Conforme Mankiw (1998), o modelo de ciclo de vida para o comportamento do consumidor pode resolver o enigma do consumo, ou seja, explicar porque para séries temporais curtas a função consumo keynesiana se sustentava e para análises a partir de séries temporais longas era rejeitada. A função consumo do ciclo de vida implica que a propensão média a consumir é:

$$C / Y = \alpha (W / Y) + \beta \quad (12)$$

Como a riqueza não varia proporcionalmente à renda, de pessoa para pessoa, ou de ano para ano, verifica-se que no curto prazo, uma renda alta implica em uma propensão média a consumir decrescente. Mas no longo prazo, a renda e a riqueza crescem juntas, o que implica uma razão  $W/Y$  constante e, portanto, uma propensão média a consumir constante, conforme a Figura 7.

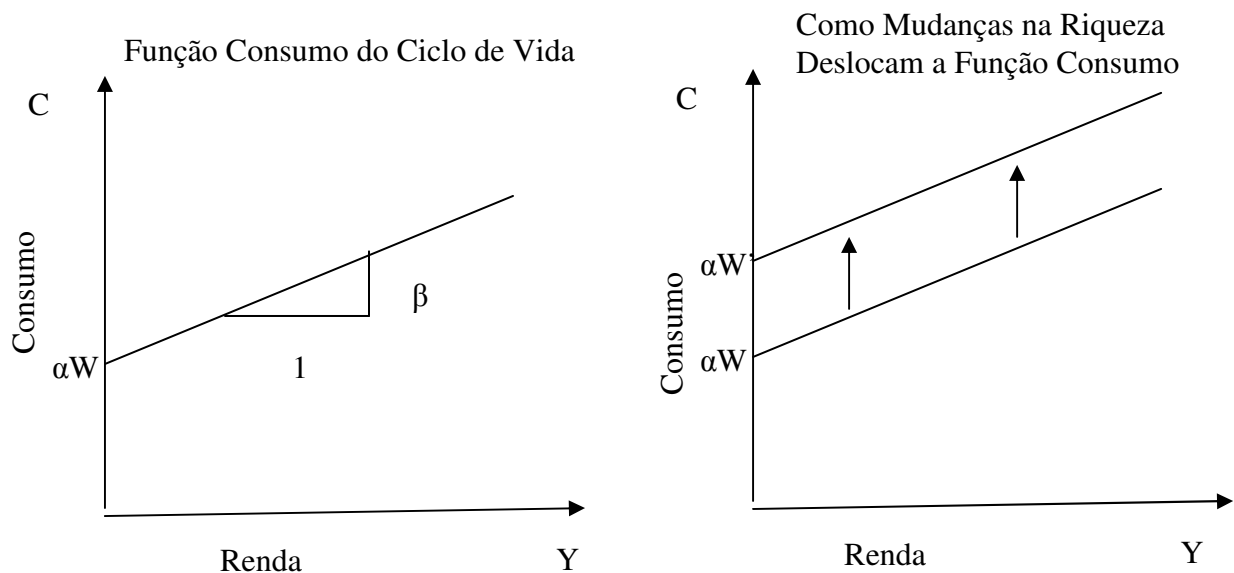


Figura 7 – Variação da função consumo ao longo do tempo  
Fonte: Mankiw (1998)

Esse modelo implica que ao longo da vida dos agentes econômicos a poupança varia de forma previsível. Caso o agente econômico entre na idade adulta sem riqueza, acumulará riqueza nos seus anos de trabalho e consumirá essa riqueza nos anos da aposentadoria. A Figura 8 mostra essa trajetória da renda, do consumo e da riqueza de um agente econômico ao longo de sua vida adulta. Um ponto-chave que daí se deduz, é que os jovens que trabalham poupam, enquanto os velhos que se aposentam despouparam.

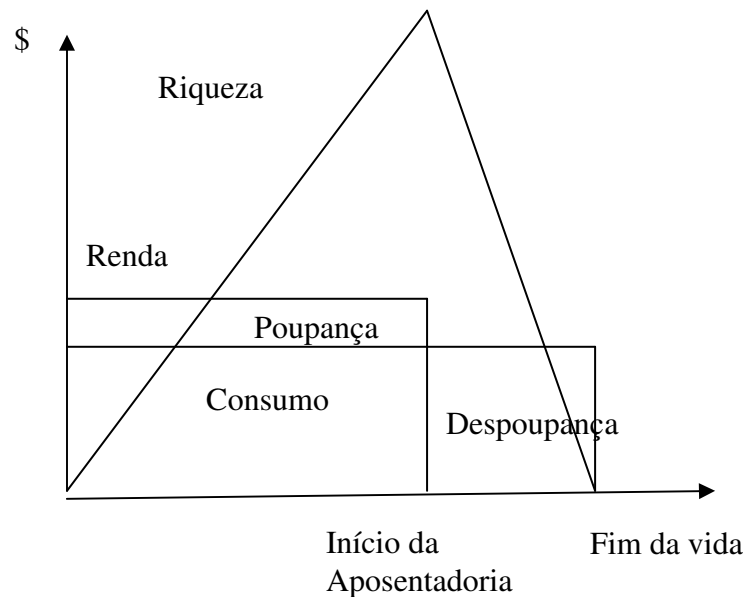


Figura 8 - Consumo, Renda e Riqueza ao Longo do Ciclo de Vida  
Fonte: Mankiw (1998)

Sendo assim, a Figura 8 mostra que o consumidor deve nivelar o consumo ao longo da vida, poupando e acumulando riqueza durante os anos que trabalha e consumindo o patrimônio acumulado na sua aposentadoria, até o fim da vida.

## 2.2 Crédito e endividamento pessoal

Schumpeter (1997) atribuía um papel fundamental ao crédito na promoção do crescimento econômico, afirmando que ninguém, além do empreendedor necessita de crédito, ou seja, este serve exclusivamente para o desenvolvimento industrial. Diante disso, considerava que o crédito ao consumidor não era um elemento essencial ao processo econômico, pois os contratantes de crédito incorrem em dívidas para o próprio consumo. Ainda para o autor, não fazia parte da “natureza econômica” de qualquer indivíduo que ele obtivesse empréstimo ou crédito para o consumo.

Na economia, essa não é a realidade, pois o crédito está diretamente ligado ao consumo, que é o ato de gastar parte da renda recebida, ou do crédito direto ao consumidor ou do estoque de riqueza, para atender as necessidades correntes no período em curso. Desta forma, os agentes econômicos adquirem crédito no mercado financeiro para atender suas necessidades correntes.

Conforme Gastaldi (1995), o crédito é a confiança e constitui-se em um alargamento da troca, assim, essa definição repousa no elemento confiança, onde um contratante cede um bem ou serviço e confia que o contratado cumprirá a promessa de contraprestação futura. No entanto, também existe um elemento imprescindível na figura jurídica e econômica do crédito, qual seja o fator tempo, pois o crédito sempre representa o adiamento de uma obrigação presente para um tempo futuro. Deste modo, tem-se que o crédito é uma prestação atual em troca de uma prestação futura.

Na troca de mercadoria por mercadoria, escambo, ou economia natural, e na troca de mercadoria por moeda, a prestação e a contraprestação são simultâneas, tendo por objeto bens presentes. Na venda a crédito, existe um determinado lapso de tempo que se intercala entre o início ou formação do contrato e o seu término ou cumprimento. Um dos contratantes se priva, temporariamente, de certa quantidade de dinheiro ou de bens em troca de uma promessa de reembolso ou recebimento do equivalente em época apazada (GASTALDI, 1995).

Ainda, conforme esse mesmo autor, à medida que evolui a economia do dinheiro ou monetária, o crédito adquire uma importância decisiva, pois as diversas formas de crédito aumentam os meios de pagamento. Portanto, esses meios de pagamento criados para fornecer crédito, servem tanto quanto dinheiro no comércio, porque podem ser imediatamente convertidos em bens e serviços aos agentes econômicos. Assim, enormes quantidades de riquezas futuras circulam, antecipadamente, nos diversos mercados econômicos, isso tem reflexo nas teorias da formação dos preços e suas variações, pois estas consideram o volume monetário em circulação.

A facilidade de crédito ao consumidor, a partir da estabilização econômica no Brasil, ocasionou um aumento no endividamento pessoal, esse pode ser acompanhado pelo descumprimento do compromisso assumido com outrem, surgindo assim à inadimplência, ou seja, o não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor.

Para Soares e Leboutte (2007), “o pagamento de juros é o preço da impaciência, ou seja, da antecipação de um recurso que não se tem disponibilizado no momento, a fim de satisfazer um desejo imediato”. Se a razão do endividamento for antecipar um objetivo ou

satisfazer uma necessidade, e o pagamento couber no orçamento futuro, podemos chamá-lo de endividamento consciente.

Segundo Tolotti (2007), o endividamento é caracterizado:

Quando o indivíduo não consegue cumprir seus compromissos financeiros e possui um atraso que oscila entre 1 mês e 3 meses. Este pode ser dividido em passivo e ativo. O endividamento passivo ocorre quando há um aumento de dívidas por consequência de alguma situação alheia à vontade do indivíduo: doença, morte, acidente. São circunstâncias imprevistas e esporádicas. O endividamento ativo se caracteriza por um montante de dívidas advindas de escolhas equivocadas, ou seja, má gestão financeira. [...] É considerado sobreendividado aquele devedor de boa-fé que está impossibilitado de pagar suas dívidas de forma durável, ou seja, é o momento em que o indivíduo entra em falência (TOLOTTI, 2007, p. 31).

Ainda segundo essa autora “as principais causas da cultura do endividamento no qual o Brasil está inserido são a falta de educação financeira, o consumo excessivo e, por último, os baixos rendimentos”. O problema do endividamento está na inversão que ocorre, pois a maioria das pessoas acredita que o mais importante é *ter* e não *ser*. Assim para Tolotti (2007):

Uma das fortes razões para isso acontecer é a forma como as relações sociais acontecem hoje em dia. A aparência, em um primeiro momento, e às vezes para sempre, é mais importante do que a própria realidade. Em virtude disso muitas pessoas assumem uma posição que não podem sustentar, interpretam papéis para serem aceitas socialmente e, como estão *parecendo ter*, mas na realidade não têm, acabam entrando no circuito do endividamento (TOLOTTI, 2007, p.25).

Gastaldi (1995), destaca também outras variáveis que explicam o endividamento pessoal, tais como: sexo, idade, etnia, educação, história familiar, renda, número de cartões de crédito, utilização do cartão de crédito, bem como variáveis psicológicas (bem estar, satisfação). Além disso, a capacidade de pagamento do devedor não é somente em função da sua renda, mas também das vendas de ativos patrimoniais, do grau de endividamento, do prazo da dívida, do custo da dívida (taxa de juros, correção cambial, correção monetária), entre outros.

Conforme Tolotti (2007),

Partindo do princípio de que as escolhas financeiras não são regidas apenas pela racionalidade, o endividamento pessoal pode ser visto tanto como efeito de uma gestão financeira equivocada quanto como resultado de motivações afetivas. [...] Portanto a lógica do endividamento é composta por duas vertentes inseparáveis: de um lado, o aspecto financeiro que é objetivo e consciente; de outro, o aspecto afetivo que é subjetivo e, geralmente, inconsciente. Assim, a motivação que leva um endividado a contrair constantemente dívidas é tanto consciente quanto inconsciente, é possível pressupor que não é apenas por falta de educação financeira que isso acontece, mas por algum impedimento psíquico (TOLOTTI, 2007, p.33)

Para que ocorra o rompimento da cultura do endividamento é necessário um aumento do conhecimento na área financeira, da capacidade de crítica frente ao consumo e de uma análise mais detalhada dos fatores internos e externos aos indivíduos que interferem nas

decisões. Para Ferreira (2008), a teoria da racionalidade é fundamental para a compreensão de como os indivíduos usam informações disponíveis e relevantes para prever o valor futuro provável de variáveis econômicas e não cometerem erros sistemáticos ao fazer essas previsões.

No entanto, o estudo do comportamento do consumidor, no que diz respeito as escolhas e tomada de decisões, vai além da teoria da racionalidade econômica, pois apenas com essa teoria não seria possível avaliar se os indivíduos tomam decisões financeiras acertadas, essa necessita de interfaces com outros campos de conhecimento, surgindo assim uma nova área de conhecimento, que procura contemplar também as questões emocionais e subjetivas que é a Psicologia Econômica.

Deste modo, Ferreira (2008) considera a definição desta, como sendo uma busca para compreender a experiência humana e o comportamento humano em contextos econômicos, objetivando o estudo sobre as decisões da utilização de recursos escassos, com o propósito de satisfazer diversas necessidades humanas.

Para Pinheiro (2008), a educação financeira e o endividamento estão atrelados, pois essa educação coopera com o sistema econômico, permitindo aos agentes consumir produtos e serviços financeiros de forma adequada.

### **2.3 Educação financeira**

Para compreender a importância da educação financeira na vida dos agentes econômicos é imprescindível ter uma clara definição de seu significado e dos elementos que a integram. Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE<sup>2</sup> (2004), citado por Claudino et al. (2009), a Educação Financeira é definida como o processo pelo qual os consumidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, desenvolvem as habilidades para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, tomando decisões financeiras fundamentadas na informação adquirida que corroborem para melhorar seu bem-estar financeiro.

A educação financeira auxilia os agentes econômicos a orçar e gerir sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes e até mesmo do endividamento

---

<sup>2</sup> ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – OCDE. **Assessoria de Comunicação Social.** OECD's Financial Education Project. OCDE: 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>



pessoal. Mankiw (2001, p. 543) afirma que o “investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico, a longo prazo, de um país” e que uma das formas de melhorar o padrão de vida da população é proporcionar-lhes um bom ensino e incentivar o seu uso.

Para Martins (2004), o ser humano é resultado mais das suas emoções do que das suas habilidades técnicas, assim a trajetória financeira se dá em três pontos: como ganhamos, como gastamos e como conservamos dinheiro. A maneira como cada um segue essa trajetória, ou administra o dinheiro é o resultado de uma combinação de emoções e habilidades, sendo as emoções traços de personalidade e as habilidades técnicas são adquiridas pelo estudo e pela experiência.

Ainda segundo este autor:

A omissão da escola em relação a noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças tem uma consequência perversa: a maioria das pessoas, quando adulta, continua ignorando esses assuntos e segue sem instrução financeira e sem habilidade para manejar dinheiro. As consequências se tornam mais graves se levarmos em conta que ninguém, qualquer que seja a sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos (MARTINS, 2004, p.56).

A realidade brasileira demonstra exatamente isso, pois uma criança chega na fase adulta sem o domínio de situações financeiras básicas. Sem o conhecimento básico de educação financeira no ensino fundamental e médio, muitos ingressam no ensino superior sem conhecer os princípios da educação financeira, e se tornam profissionais sem conhecimento do quanto seu dinheiro realmente vale.

Para Martins (2004, p. 57), “é importante tomar consciência da necessidade de alfabetização financeira, o que pode ocorrer por iniciativa própria, por orientação dos pais ou por conselho de amigos, infelizmente, para muitas pessoas o ‘alerta’ chega em decorrência de algum desastre financeiro”. Assim, a educação como um todo é um problema da sociedade, e não apenas de educadores, na educação financeira, o primeiro passo é enfrentar o descaso e a rejeição.

Assim, Cerbassi<sup>3</sup> (2003), citado por Freitag et al. (2009), apresenta o problema da educação financeira como:

Uma questão cultural, revelando que a cultura brasileira valoriza demais a posse material, e que os costumes de outras culturas tornam mais pessoas ricas. Como exemplo, o autor cita a questão da cultura americana, em que um jovem não se preocupa com posses materiais e sim com o objetivo de atingir o quanto antes, a independência financeira.

---

<sup>3</sup> CERBASI, G. **Dinheiro – os segredos de quem tem**. 9. ed. São Paulo: Gente, 2003;

Deste modo, a educação financeira é refletida na administração do dinheiro. A gestão financeira pessoal ou planejamento consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família (CAMARGO, 2007).

Para Braunstein e Welch<sup>4</sup> (2002), citado por Vieira et al. (2009):

Além do benefício pessoal, a educação financeira favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços, pois os participantes informados, ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas.

Enfim, a conscientização da população é necessária e a educação financeira pode auxiliar os agentes econômicos a terem ciência da maioria das variáveis envolvidas em uma tomada de decisão eficiente. Para Martins (2004), com os meios de que a sociedade dispõe atualmente, as opções para uma boa instrução financeira são bastante acessíveis, como cursos, seminários, palestras, treinamento pela internet, jornais, livros, revistas especializadas entre outros. Desta forma, o autor afirma **“só não aprende quem não quer”**.

## **2.4 Planejamento Financeiro Pessoal**

Segundo Sousa e Torralvo (2008. p.75), “o planejamento é um procedimento amplamente utilizado para os mais diversos fins, principalmente para a organização do cotidiano de um complexo empresarial”. Assim o planejamento tem o propósito de produzir um ou mais estados futuros desejados, mas que somente serão alcançados se algo for feito, é um processo que envolve tomada de decisões no presente que terão reflexos no futuro.

As entidades governamentais e as empresas utilizam o planejamento como instrumento de gerenciamento e de organização das atividades produtivas, objetivando o crescimento produtivo. Deste modo, os indivíduos podem se utilizar do planejamento financeiro, para buscar o atendimento de metas estabelecidas. Segundo Laut (1997), os indivíduos associam orçamento ou planejamento financeiro com privação, pois acreditam que esse planejamento os privará de adquirirem bens ou serviços que desejam e os obrigará a

---

<sup>4</sup> BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, Estados Unidos, p. 445-457, Nov./2002.

administrar sua renda de modo eficaz, ou seja, melhorando as aplicações efetuadas com esse dinheiro. No entanto, esse tipo de pensamento é equivocado, uma vez que é o próprio agente que formulará o seu planejamento, podendo organizá-lo de modo que mais lhe agrada ou for conveniente.

Para Cherobim e Espejo (2010), o planejamento pessoal está relacionado com nossos objetivos na vida e, pode ser realizado para um ano, cinco anos, dez anos ou até mesmo para o resto da vida. Desta forma, esse deve estar em constante atualização, tendo em vista que os objetivos mudam ao longo da vida.

Segundo Tolotti (2007), as vantagens do consumo são inúmeras, desde um maior acesso a bens e serviços até o crescimento pessoal, social, empresarial e financeiro de um modo geral, no entanto:

A linha que estabelece a medida entre o adequado e o excessivo é muito tênue, nem sempre é fácil detectar. O problema não está no consumo que facilita a vida de muitas pessoas dando oportunidade aos mais variados ganhos, mas está no excesso, e quando o limite do consumo é ultrapassado, as perdas são muitas, indo do endividamento ao sofrimento desmedido (TOLOTTI, 2007, p.27).

Segundo Azevedo (2009), durante décadas, o Brasil conviveu com uma inflação muito alta e constante, essa situação

Obrigava os indivíduos a gastar seus salários ou rendimentos tão logo os recebesse, comprando quantidades maiores e em locais percebidos como mais baratos, estocando o que fosse possível; ao mesmo tempo, juros estratosféricos e crédito restrito faziam com que todas as compras fossem realizadas à vista, prejudicando, principalmente, os mais pobres (AZEVEDO, 2009, p.36).

Somente após 1994, com a estabilização econômica, os consumidores passaram a ter ganhos no orçamento familiar que se transformam em possibilidade de inserção no consumo de uma maneira mais efetiva (NARDI, 2009). Deste modo, é necessário que os indivíduos dêem uma maior atenção ao controle financeiro e, para tanto é importante que ocorra um planejamento financeiro.

Para Frankenberg (1999), planejar as finanças é estabelecer e seguir uma estratégia que trará acumulação de bens e riqueza para formar um patrimônio pessoal e familiar, visando o curto, médio e longo prazo. Obtêm-se assim certa “tranqüilidade econômico-financeira”, que traduz o estado de satisfação de uma pessoa ao alcançar um objetivo financeiro por ela mesma definido, como o montante suficiente para manter um determinado padrão de vida.

Para Sousa e Torralvo (2008), o planejamento financeiro deve ser preparado com muita seriedade e colocado em execução com determinação e disciplina para que os objetivos e metas estipulados se realizem.

Os autores ainda acrescentam que:

Contanto que a sinalização seja para a dimensão econômico-financeira, esse futuro patrimônio pessoal terá um componente intangível de inestimável valor, representado pela autodisciplina e pela cultura da convivência pacífica entre as forças econômicas predominantes do mercado: renda, consumo, poupança, investimento, além do aprendizado com relação à diferença entre valor presente e valor futuro do dinheiro e da observação do valor de uma satisfação (SOUSA E TORRALVO, 2008, p.77)

Conforme Laut (1997), fazer um planejamento força os agentes econômicos a examinar como realmente se gasta o dinheiro. O primeiro passo na elaboração de um planejamento mensal consiste em fazer uma lista dos itens com os quais é despendido dinheiro. O segundo é fixar um valor da sua renda mensal para gastar com cada um desses itens. O passo final é a prática progressiva de encontrar alternativas para reduzir os gastos em cada item e ao mesmo tempo viver melhor. Um ótimo exemplo para isso é escolher um dos itens do planejamento e pensar nele, até que se consiga determinar um saldo positivo nesse item antes de passar para o seguinte. Uma vez tendo calculado como viver melhor gastando menos com um item, terá garantido um saldo positivo neste item para meses futuros. Com isso, não irá querer voltar para o que estava fazendo, que não só custava mais, mas também lhe dava menos satisfação.

Para Sousa e Torralvo (2008), mais do que mera contabilização de gastos, o planejamento financeiro pessoal é, sobretudo, uma reflexão que precisa ocorrer de modo sistemático antes de gastar os recursos. Essa reflexão tem o poder de produzir resistência à tentação de gastos imediatos na medida em que evidencia benefícios maiores no futuro. Claro que isso não implica na renúncia completa da aquisição de bens e serviços no presente, mas apenas abdicação de alguns para que o desfrute no futuro. Eis que o planejamento financeiro pessoal tem como papel principal: orientar a tomada de decisões.

Ainda segundo Sousa e Torralvo (2008), para a elaboração de um bom planejamento financeiro recomenda-se seguir alguns passos: definição de objetivos; identificação dos meios para atingir os objetivos; levantamento de recursos necessários; determinação de procedimentos para tomada de decisão; controle para certificação de que tudo está saindo como previsto. Assim, pode-se considerar alguns meios para atingir os objetivos do planejamento financeiro pessoal, tais como: renda, resgate de investimentos, empréstimos. Como despesas previsíveis têm-se: moradia, alimentação, educação, saúde, pagamento de empréstimos, água, luz, telefone, esporte, lazer e bem-estar, vestuário, reserva para despesas

inesperadas, poupança, impostos, transporte, entre outros.

Segundo Laut (1997), o benefício principal de aprender a administrar o seu dinheiro com um planejamento é que este lhe proporciona uma experiência concreta de como viver dentro de sua renda, ou seja:

Viver dentro dos seus recursos oferece mais vantagens do que ter de gastar porções substanciais da sua renda atual para financiar aquisições passadas. Algumas dessas vantagens são: paz de espírito, capacidade para desprezar boas oportunidades de ganho a fim de desenvolver ou esperar melhores oportunidades, liberdade para gastar sua renda como quiser (LAUT, 1997, p. 91).

Ainda conforme este autor, o planejamento das finanças pessoais pode ser alterado ao longo da vida, porque as pessoas certamente terão outras prioridades. Esse planejamento ajuda a identificar o destino do dinheiro e definir prioridades, influenciando na decisão de quais gastos podem ser eliminados ou diminuídos, possibilitando a formação de uma reserva que é o objetivo principal do planejamento financeiro, independente de quais metas foram definidas.

Para Sousa e Torralvo (2008), é importante elaborar um planejamento financeiro pessoal principalmente em razão das perspectivas de recompensas, tais como: aquisição da cultura de disciplina com gastos; aprimoramento do processo de tomada de decisão; racionalização de uso do dinheiro; prevenção contra situações inesperadas; formação de uma poupança para a aposentadoria; independência financeira; sentimento de liberdade e de melhoria da qualidade de vida.

Para os mesmos autores, o planejamento feito e colocado em prática corresponde a um conjunto de expectativas que foram concebidas e dimensionadas a partir de reflexões, análises históricas e fixação de objetivos mais amplos e de metas mais específicas quanto a recebimento, pagamentos e formação de uma reserva por meio de uma poupança que se tenha evidenciado possível a cada período. Com isso, ao final de cada período, deve haver a confrontação das realizações nas mesmas dimensões: recebimento, pagamentos, poupança e nível de investimento, e dessa confrontação devem ser extraídos subsídios para novas decisões.

Sousa e Torralvo (2008) destacam algumas aspectos importantes para um bom planejamento financeiro, a saber: caracterizar e diferenciar as despesas fixas das despesas variáveis, vigilância máxima das despesas caracterizadas como fixas, estabelecer objetivos passíveis de serem alcançados, reveja periodicamente seu planejamento financeiro, controle o cumprimento das metas antes e durante o mês, invista corretamente. Um dos pontos chave do

planejamento financeiro são as despesas variáveis, pois é nessas que se tem um maior dispêndio da renda, através de gastos desnecessário e não programados.

O planejamento financeiro pessoal é fundamental e consiste na tomada de decisão no presente que traga benefícios para o futuro. Mas é importante frisar que este não consiste em privar-se de absolutamente tudo, pois é fundamental que alguns prazeres sejam concedidos vez ou outra, até mesmo como uma maneira de auto-recompensa pelo esforço empreendido, de modo a tornar esse caminho algo saudável e, acima de tudo, viável.

A educação financeira e o planejamento financeiro devem caminhar juntos, pois para que o planejamento financeiro seja eficiente e eficaz é necessário uma compreensão da realidade financeira da família como um todo, deste modo, a educação financeira auxilia na elaboração do planejamento.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa teve como fonte de dados a coleta primária e informações secundárias, provenientes da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e teses que tratam do tema. O levantamento primário desses dados contemplou os discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis, das Instituições de Ensino Superior de Cascavel, sendo elas: Faculdade Assis Gurgacz – FAG, União Educacional de Cascavel – UNIVEL, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, a partir da expectativa de que os discentes da área de Ciências Sociais Aplicadas possuam um melhor preparo para analisar e aplicar os conceitos de termos financeiros.

O instrumento utilizado para coleta dos dados primários foi a aplicação de um questionário, no período de setembro a outubro de 2010, conforme Anexo A. Este foi dividido em três partes, todas com questões objetivas, que correspondem a 39 variáveis, visando responder aos três objetivos específicos do trabalho.

A primeira parte teve a finalidade de verificar o perfil sócio-econômico da população estudada, abrangendo as questões de 1 a 16 do Anexo A. Foram efetuadas questões como: cidade em que reside; bairro em que reside; sexo; estado civil; idade; renda pessoal mensal; principal fonte de renda; período em que trabalha; renda familiar mensal; utilização de programa de crédito educacional; número de dependentes no domicílio; pessoas que residem no domicílio; grau de escolaridade dos pais.

A segunda parte teve por objetivo identificar o nível de endividamento e estrutura das finanças pessoais desses discentes, contemplando as questões 17 a 28 do Anexo A, onde os entrevistados foram questionados sobre: utilização da renda; destinação da renda; realização e atualização de planejamento financeiro para controle de despesas; uso de conta bancária e cheque especial; frequência da utilização de cheque especial; se possui dívida de longo prazo; o valor médio mensal dessa dívida; o percentual da renda para pagamentos de dívida; se os gastos mensais excedem ou não o valor da renda mensal; quais os eventos e situações criam a necessidade de endividar-se.

A terceira parte consistiu em levantar informações sobre a relação existente entre o nível de educação financeira e as decisões de consumo ou poupança dos discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, a partir das questões 29 a 39 do Anexo A. Nessa

etapa, os acadêmicos foram questionados sobre: segurança para gerir seu dinheiro; onde adquiriu os conhecimentos para gerir o dinheiro; juros compostos; planejamento em relação a aposentadoria; liquidez de aplicações financeiras; juros e despesas financeiras; encargos financeiros em relação ao prazo da dívida; conhecimento de taxas cobradas nos produtos financeiros dos bancos.

A construção do questionário baseou-se em questionários já desenvolvidos, apresentados nos seguintes trabalhos: Claudino et al (2009) e Lucci et al (2006) e outras elaborações necessárias junto aos professores de Ciências Econômicas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

### 3.2 População e tamanho da amostra

O tipo de amostragem utilizada foi a amostragem probabilística, também chamada de aleatória. A amostragem aleatória simples é a que mais representa esse tipo de amostragem. Sendo determinada a população, são escolhidas amostras de mesmo tamanho e cada elemento tem a mesma probabilidade de ser sorteado.

Para definição da população e tamanho da amostra contou-se com o auxílio de um professor de estatística da UNIOESTE.

A população alvo constituiu-se de 800 discentes, sendo 160 da única instituição pública de ensino superior de Cascavel, regularmente matriculados nos cursos de Administração e Ciências Contábeis ingressantes nos processos seletivos de 2007 e 2010, e por 640 alunos das instituições privadas relacionadas, também de Cascavel, dos mesmos cursos e ingressantes nos respectivos processos seletivos, dos mesmos anos mencionados.

O tamanho mínimo da amostra para aplicação do questionário, considerando uma margem de erro de 4% e um nível de significância de 5% foi de:

$$n = \frac{N p (1 - p) Z^2}{p (1 - p) Z^2 + (N - 1) E^2}$$

Onde,

N = total de alunos pertencentes à população alvo (matriculados nos dois cursos das três IES mencionadas)

Z = quantil de confiança

p = proporção da paridade estimada

E = margem de erro definida conforme o caso



Assim tem-se:

$$n = \frac{800 * 0,3 (1 - 0,3) * 1,96^2}{0,3 (1 - 0,3) * 1,96^2 + (800 - 1) 0,04^2} \quad n = 308,67$$

Considerando esse cálculo, a amostra foi determinada proporcional às 12 turmas estimadas de 40 discentes cada, sendo uma turma do primeiro ano e uma turma do quarto ano, com o intuito de avaliar o nível de conhecimento financeiro dos ingressantes no curso e formandos.

Realizou-se sorteio empregando a função “sample” do programa estatístico R (R Development Core Team, 2010) entre as Instituições Privadas, a saber: Faculdade Assis Gurgacz – FAG, União Educacional de Cascavel – UNIVEL, Universidade Paranaense – UNIPAR, União Paranaense de Ensino Superior – UNIPAN.

Com o resultado desse sorteio foram obtidas as duas Instituições privadas que participaram da pesquisa, sendo elas Faculdade Assis Gurgacz – FAG, União Educacional de Cascavel – UNIVEL. E a partir dessa amostra de Instituições, calculou-se o número de discentes a serem amostrados em cada IES, distribuídos conforme Tabela 1, tendo em vista os discentes regularmente matriculados, conforme informações da Secretaria Acadêmica de cada IES.

Tabela 1 – Distribuição das IES e discentes amostrados

Instituição de Ensino Superior	Nº discentes amostrados Administração	Nº discentes amostrados Ciências Contábeis
UNIOESTE	55	47
FAG	50	57
UNIVEL	49	53
TOTAL	311	

Fonte: Elaborado pela autora, 2010.

Para aplicação do questionário foi realizado um sorteio através do número da lista de chamada. Os discentes que não estavam presentes no dia da aplicação do mesmo foram substituídos por outros, escolhidos também por sorteio. Para a efetiva escolha dos indivíduos, utilizou-se da função “sample” do programa estatístico R (R Development Core Team, 2010).

### 3.3 Procedimentos para análise dos resultados

Após a aplicação dos questionários, os dados foram codificados e tabulados no *softwar* Microsoft Office Excel 2003. A partir disso, foram calculados os percentuais de cada questão individualmente e feitas algumas correlações, para avaliar as variáveis relevantes para a pesquisa, a saber: gênero e nível de renda; nível de renda e fonte de renda; nível de renda e período em que trabalha; nível de renda pessoal e nível de renda familiar; instituição de ensino superior e utilização do sistema creditício educacional; nível de renda familiar e grau de escolaridade dos pais. E, ainda, para identificar o nível de endividamento e educação financeira, as correlações feitas foram: realização e atualização de planejamento financeiro; possuir conta bancária e exceder o valor que possui para pagamento das contas; utilização do cheque especial e exceder o valor que possui para pagamento das contas; uso da renda e o nível de endividamento; gastos mensais excedem o valor disponível para pagamento das contas e nível de endividamento; gerenciamento de recursos próprios e planejamento financeiro.

Para verificar o nível de correlação das variáveis utilizou-se a distribuição qui-quadrado e a partir do coeficiente de correlação de Pearson. Esse coeficiente indica a força de associação entre quaisquer duas variáveis. O processamento e análise dos dados se deram através de dois *softwar*: “Excel<sup>®</sup>”, e a função “sample” do programa estatístico R (R Development Core Team, 2010).

Toda a descrição do perfil sócio-econômico foi considerada para as análises do nível de endividamento pessoal e do nível de educação financeira. Com base nas respostas obtidas na segunda parte do questionário, analisou-se o nível de endividamento da população estudada, classificando tal endividamento com base na seguinte Tabela 2.

Brusky e Magalhães (2006) citado por Claudino et al (2009), consideram que o endividamento relacionado aos gastos mensais que excedem o valor da renda fornece um bom indicador do nível de endividamento. Assim, se o endividamento é baixo e se os gastos mensais não excedem a renda, o indivíduo ainda tem um controle de suas dívidas, à medida que o endividamento aumenta e a renda é inferior os gastos, o indivíduo passa a não ter mais controle de suas dívidas, podendo ocorrer o sobre-endividamento, que é o pior nível de endividamento.

Tabela 2 – Indicadores de endividamento

Categoria	Condições	
	Relação Dívida/Renda	Gastos mensais excedem a renda
Sem dívidas	Sem dívidas	Nunca
Pouco endividados	Sem dívidas	às vezes e sempre
	$> 0$ e $\leq 25\%$	sempre, às vezes ou nunca
Com risco de sobre-endividamento	$> 25\%$ e $< 50\%$	Nunca
	$> 25\%$ e $\leq 50\%$	sempre e às vezes
	$> 50\%$ e $\leq 75\%$	às vezes e nunca
Sobre-endividamento	$> 50\%$ e $\leq 75\%$	Sempre
	$> 75\%$	sempre, às vezes ou nunca

Fonte: Brusky e Magalhães<sup>5</sup> (2006), citado por Claudino et al (2009).

Para avaliar o nível de educação financeira adotou-se uma pontuação percentual de 0 a 100%, a partir do critério utilizado por Claudino et al. (2009), que corresponde às questões avaliativas sobre liquidez de aplicações, juros e despesas financeiras, uso do cartão de crédito, encargos financeiros em relação ao prazo da dívida e conhecimento das taxas cobradas nos produtos financeiros de bancos, correspondendo à terceira parte do questionário do Anexo A.

No total foram aplicadas 10 questões avaliativas. Após tabuladas, as questões foram corrigidas conforme gabarito estabelecido, nos trabalhos de Claudino et al. (2009) e Lucci et al. (2006), chegando assim à pontuação percentual de cada questionário. A partir disso, os discentes foram classificados de acordo com o conhecimento sobre educação financeira, da seguinte forma: 0 a 60% conhecimento insuficiente; 61 a 75% conhecimento suficiente e de 76 a 100% conhecimento satisfatório.

Para analisar a relação existente entre o nível de endividamento e educação financeira dos discentes, primeiramente a amostra foi classificada pelo nível de educação financeira e posteriormente enquadrada nos indicadores de endividamento, conforme proposto na Tabela 2.

<sup>5</sup> BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. **Assessing Indebtedness**: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo, Geneva: International labour Office Geneva, 2006.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item serão apresentados os resultados da pesquisa primária e análises pertinentes aos objetivos propostos. Para tanto serão caracterizados o perfil sócio-econômico dos discentes, a atitude desses em relação as finanças pessoais, bem como o nível de endividamento e o nível de conhecimento sobre educação financeira.

### 4.1 Perfil sócio-econômico da população estudada

Os 311 discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do período noturno da UNIOESTE, FAG e UNIVEL são descritos pelos indicadores de características individuais levantadas pela presente pesquisa (questões de 1 a 7 do questionário no Anexo A) e estão distribuídos conforme Tabela 3:

Tabela 3 – Perfil dos discentes entrevistados

Variáveis	Alternativa	Frequência	Percentual (%)
Instituição de Ensino Superior	UNIOESTE	102	32,8
	FAG	107	34,4
	UNIVEL	102	32,8
Curso	Administração	157	50,5
	Ciências Contábeis	154	49,5
Ano Cursado	1º Ano	150	49,5
	4º Ano	161	50,5
Município que Reside	Cascavel	233	74,9
	Outras Cidades da Região	78	25,1
Região que Reside	Centro	71	22,8
	Bairro	240	77,2
Sexo	Feminino	174	55,9
	Masculino	137	44,1
Estado Civil	Solteiro	246	79,1
	Casado/União Estável	60	19,3
	Separado ou Divorciado	5	1,6
	Outros	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A população estudada é constituída por 102 discentes da UNIOESTE, 172 da FAG e 102 da UNIVEL, sendo distribuídos em 157 (50,5%) para o curso de Administração e 154 (49,5%) para o curso de Ciências Contábeis, dentre esses, 150 (49,5%) cursam o 1º ano e 161 (50,5%) cursam o 4º ano.

Com base nos resultados, verificou-se que a maioria dos discentes entrevistados (74,9%) reside na cidade de Cascavel, sendo que 240 moram em bairro e somente 71 discentes moram no centro. Deste modo, pode-se inferir que os discentes se utilizam de algum meio de locomoção para estudar, assim, além dos encargos com a mensalidade, no caso das instituições privadas, também é necessário um investimento/desembolso com transporte.

Quanto ao gênero obteve-se o seguinte percentual: 55,9% são do sexo feminino e 44,1% do sexo masculino. Destes a sua maioria são solteiros 79,1% e, apenas 19,3% são casados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), as mulheres também estão à frente quando o assunto é ensino superior e a tendência é ao aumento da qualificação da parcela feminina da população brasileira. Em 1996, do conjunto das pessoas que freqüentavam estabelecimentos de ensino superior, a proporção de mulheres era de 55,3%, passando para 57,5%, em 2006. Isto mostra que os homens estão perdendo espaço no processo de escolarização, pelo menos, no que tange a taxa de escolarização superior.

Através do Teste de Pearson examinou-se a correlação existente entre a cidade em que reside e o nível de renda pessoal mensal (questões 5 e 9 do Anexo A). Observou-se que essas variáveis são correlatas, ou seja, os residentes na cidade de Cascavel detêm uma maior remuneração, pois a predominância de faixa salarial desses é de acima de 8 salários mínimos, já os que residem em cidades vizinhas detêm uma faixa salarial de 2 a 3 salários mínimos. No entanto, as variáveis bairro em que reside e o nível de renda são independentes, portanto, o bairro não influencia no nível de renda (questões 6 e 9 do Anexo A).

De acordo com os resultados da pesquisa, a faixa etária dos entrevistados está distribuída da seguinte forma: 230 entrevistados têm idade entre 17 e 25 anos, que corresponde a 80,1% do total; 43 dos entrevistados têm idade entre 25 e 33 anos, relativo a 15% do total; 10 dos entrevistados têm idade entre 33 e 41 anos, proporcional a 3,5% do total; 3 dos entrevistados têm idade entre 41 e 49 anos, correspondente a 1% e 1 dos entrevistados têm idade entre 49 e 57 anos, relativo a 0,3%. Os dados da média de idade entre os entrevistados é de 20,6 anos, com um desvio padrão de 5,2 anos<sup>6</sup>. A Figura 9 indica uma forte assimetria positiva, com coeficiente de 2,1 indicando uma maior concentração de frequências nas idades menores.

---

<sup>6</sup> Para avaliar a assimetria da distribuição foi realizado o Teste de Shapiro-Wilk, resultando em um p-valor menor do que 0,05 refutando-se a hipótese de normalidade.

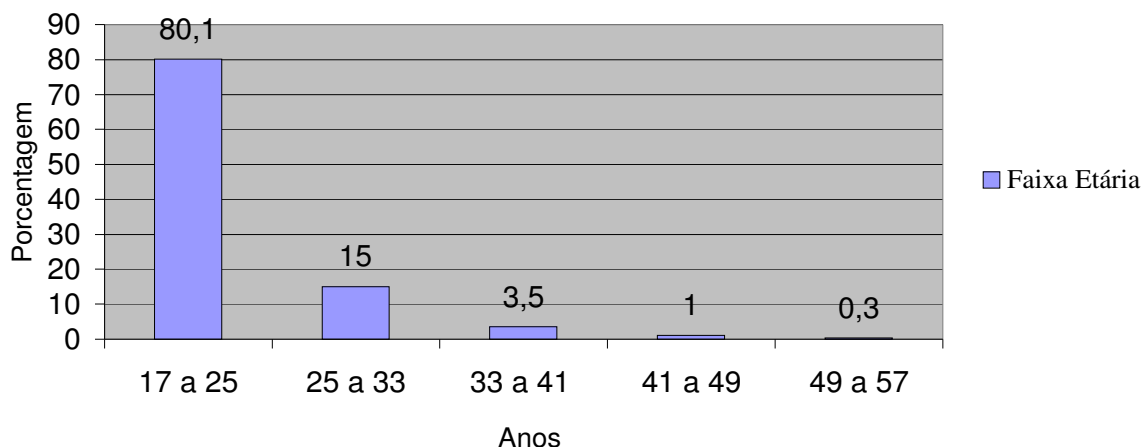


Figura 9 – Distribuição da faixa etária dos entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

Considerando que os consumidores enfrentam uma restrição orçamentária e, que essa restrição limita o consumo, pode-se inferir a partir da Tabela 3, os indicadores de renda pessoal mensal, fonte de renda, período em que trabalha e renda familiar mensal. Neste sentido, observou-se que a renda pessoal mensal predominante foi de R\$ 501,00 à R\$ 700,00, correspondente a um percentual de 24,8% do total e que o valor acima de R\$ 1.200,00 também teve um percentual significativo (23,8%).

A maioria dos discentes possui trabalho formal (carteira assinada), correspondendo a 56,6% do total, ou seja, 176 dos entrevistados, por conseguinte, o período predominante em que trabalha foi o integral, com 68,8% (214 entrevistados), sendo essa uma das principais motivações pela escolha do ensino noturno.

Analisando a renda familiar mensal constatou-se, ainda, com base na Tabela 4, que existe uma maior freqüência nas rendas acima de R\$ 4.081,00, com um percentual de 25,5%, ou seja, a renda familiar mensal está acima de 8 salários mínimos. No entanto, os rendimentos entre R\$ 2.041,00 à R\$ 3.060,00, ou seja, de 4 a 6 salários mínimos, obteve um percentual de 20%, considerado alto, em relação ao total.

Tabela 4 – Demonstrativo de renda			(continua)
Variáveis	Alternativa	Freqüência	Percentual (%)
Renda Pessoal Mensal	Até R\$ 300,00	20	6,4%
	R\$ 301,00 à R\$ 500,00	30	9,6
	R\$ 501,00 à R\$ 700,00	77	24,8
	R\$ 701,00 à R\$ 900,00	45	14,5
	R\$ 901,00 à R\$ 1.110,00	36	11,6

Tabela 4 – Demonstrativo de Renda		(continuação)	
Variáveis	Alternativa	Frequência	Percentual (%)
Renda Pessoal Mensal	R\$ 1.101,00 à R\$ 1.200,00	29	9,3
	Acima de R\$ 1.200,00	74	23,8
Fonte de Renda	Estágio	53	17
	Trabalho Formal (com carteira assinada)	176	56,6
	Trabalho Informal (sem carteira assinada)	48	15,4
	Não trabalha e recebe ajuda de custo da família	30	9,6
	Não trabalho e Não recebe ajuda de custo da família	4	1,3
	Integral	214	68,8
Período em que Trabalha	Parcial	65	20,9
	Não Trabalha	32	10,3
Renda Familiar Mensal	Até R\$ 510,00	2	0,6
	R\$ 511,00 à R\$ 1.020,00	29	9,4
	R\$ 1.021,00 à R\$ 1.530,00	41	13,2
	R\$ 1.531,00 à R\$ 2.040,00	46	14,8
	R\$ 2.041,00 à R\$ 3.060,00	62	20
	R\$ 3.061,00 à R\$ 4.080,00	51	16,5
	Acima de R\$ 4.081,00	79	25,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Para entender melhor os aspectos da renda dos discentes, foram feitas correlações entre o nível de renda e o gênero, questões 6 e 9 do Anexo A; entre o nível de renda e a fonte de renda, questões 9 e 10 do Anexo A; entre o nível de renda e o período em que trabalha, questões 9 e 11 do Anexo A; entre o nível de renda pessoal e o nível de renda familiar, questões 9 e 12 do Anexo A.

Com isso, verificou-se que não existe correlação entre o nível de renda e o gênero, e, para essa pesquisa, descartou-se a hipótese de que o gênero masculino tem maior remuneração. Quanto ao nível de renda e a fonte de renda, e também quanto ao nível de renda e período em que trabalha essas são correlatas, uma vez que a fonte de renda predominante é a formal e o período em que trabalha é integral possibilitando uma remuneração maior. Correlacionando o nível de renda pessoal e o nível de renda familiar, inferiu-se que essas são correlatas, assim, quanto maior o nível de renda pessoal, maior também o nível de renda

familiar.

Uma das variáveis importantes para essa pesquisa foi utilização do crédito educacional, mas verificou-se que apenas 11 discentes se utilizam dessa forma de crédito. Segundo estatísticas do PROUNI (2010), foram ofertadas no segundo semestre de 2010, 5.484 bolsas tanto integrais como parciais para o estado do Paraná, sendo 102 para a cidade de Cascavel – PR. Desta maneira, examinando se a instituição de ensino superior tem relevância na utilização do crédito educacional, constatou-se que essas variáveis são dependentes. Observou-se que 268 dos entrevistados não faz uso desse benefício (86,2%), e apenas 43 discentes tem apoio financeiro educacional (13,8%).

Quanto ao número de pessoas por domicílio, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ocorreu uma redução durante o período de 2000 a 2010, de 3,79 para 3,34. Isso pode ser explicado pela maior expectativa de vida da população e também pela redução na taxa de fecundidade. Os dados da Figura 10 confirmam essa redução, onde constatou-se que existe uma preponderância de 3 a 4 pessoas por domicílio, sendo que 2,9% residem sozinhos; 19,3% residem em duas pessoas; 28,9% residem com três pessoas; 29,9% residem com quatro pessoas; 15,8% residem com cinco pessoas; 1,9% residem com seis pessoas; 0,3% residem com sete pessoas; 0,6% residem com oito pessoas e 0,3% residem com nove pessoas.

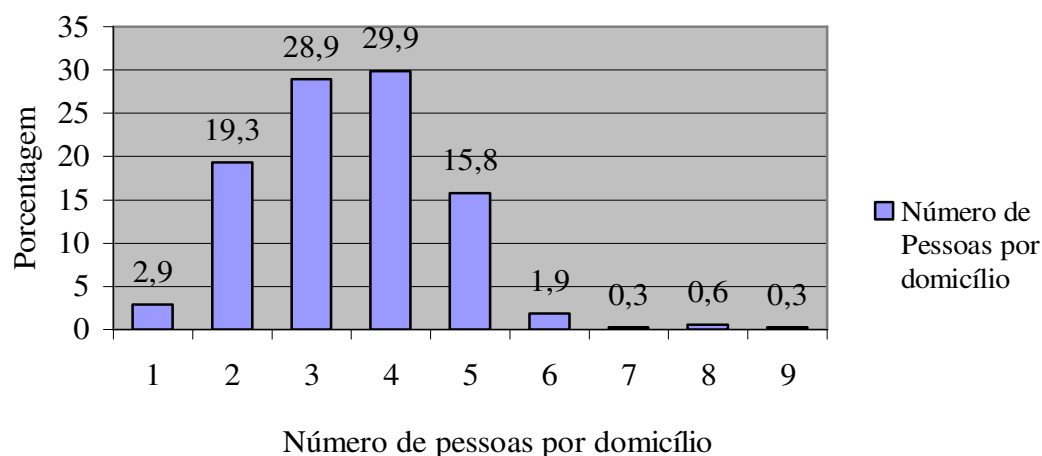


Figura 10 – Distribuição de pessoas residentes no domicílio  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Quando perguntados sobre quais as pessoas que residem no domicílio, verificou-se que a maioria dos entrevistados mora com os pais, ou seja, 214. Enquanto 68 dos



entrevistados mora com o cônjuge/companheiro, 26 moram com os filhos e 149 moram com outras pessoas.

Por fim, outra variável importante na construção do perfil sócio-econômico dos discentes é o grau de escolaridade dos pais. Nesse caso, observou-se uma maior incidência no Ensino Médio Completo e também no Ensino Fundamental Incompleto, com 26,4% e 20,3% respectivamente, distribuídos conforme Figura abaixo:

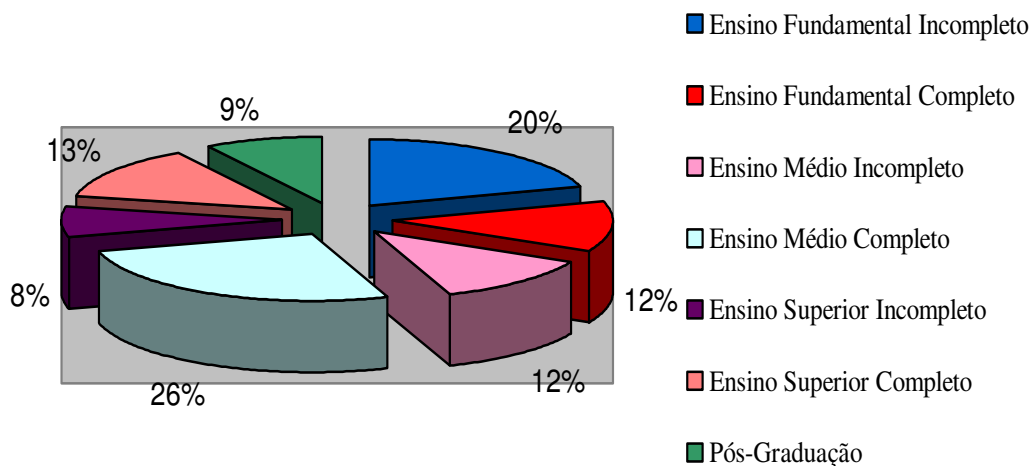


Figura 11 – Distribuição da escolaridade dos pais  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2009), o nível de escolaridade dos indivíduos aumentou, considerando que em 2004, 8,1% dos trabalhadores possuíam nível superior completo, em 2009 esse índice aumentou para 11,1%. Comparando o nível de renda familiar e a escolaridade dos pais, notou-se que essas variáveis são correlatas, podendo inferir-se que um maior grau de escolaridade dos pais permite uma melhor remuneração, influenciando o nível de renda familiar.

#### 4.2 Estrutura das finanças pessoais e nível de endividamento

Para Ferreira (2008), o elemento incerteza ocupa um lugar decisivo na abordagem psicológica da poupança; desconhecer eventos futuros coloca em evidência os riscos financeiros que podem vir associados tais riscos. Assim, a questão temporal destaca a necessidade de se poder responder às necessidades monetárias não apenas no presente, mas também no futuro, aquele mesmo futuro que encerra tantas incertezas. Dessa forma, os

indivíduos deveriam poupar para incertezas futuras. A amostra estudada ao ser interrogada quanto a utilização da renda pessoal, 184 informou que guarda parte do dinheiro, ou seja, 59,2% do total, no entanto, 40,2% declarou que gasta todo o dinheiro. Através desse resultado, pôde-se verificar que os discentes possuem um maior entendimento da importância de poupar parte de sua renda para usufruir no futuro.

Quando questionados sobre a destinação da renda pessoal, notou-se que a prioridade dos discentes obedece a condição: 127 dos entrevistados destinam sua renda em primeiro lugar para as despesas gerais, como alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde; 44 dos entrevistados responderam que em primeiro lugar estão as despesas com estudo, mensalidade, transporte, xerox; 89 dos entrevistados informaram que em primeiro lugar de destinação da renda estão as despesas pessoais, lazer, vestuário; 23 dos entrevistados informaram que em primeiro lugar está o complemento do orçamento familiar; 19 dos entrevistados informaram que em primeiro lugar está o pagamento de financiamentos e prestações para aquisição de bens; e, somente 9 dos entrevistados informaram que destinam para poupança e investimento.

Um dos aspectos mais importantes das finanças pessoais é a elaboração de um planejamento financeiro, pois os indivíduos tomam decisões de consumo ou poupança no presente, onde os reflexos ocorrerão tanto no presente quanto no futuro. Somente a partir de um planejamento eficiente e eficaz o indivíduo poderá garantir uma estabilidade financeira. Para tanto, é necessário controlar e planejar no presente, atualizando sempre que possível esse planejamento, tendo em vista que as necessidades mudam constantemente, assim, um planejamento adequado as prioridades do indivíduo, poderá levar ao consumo estável ao longo da vida.

Nesse sentido, para as questões sobre a realização de planejamento financeiro e atualização do mesmo, questões 19 e 20 do Anexo A, obteve-se o seguinte resultado, conforme Figura 12 na seqüência: somente 28,3% dos entrevistados realizam um planejamento financeiro e, 23,8% do total atualizam esse planejamento. Também, observou-se que a maioria dos discentes fazem planejamento financeiro somente às vezes, 47,3% e atualizam esse planejamento financeiro, às vezes, correspondendo a 48,6% do total.

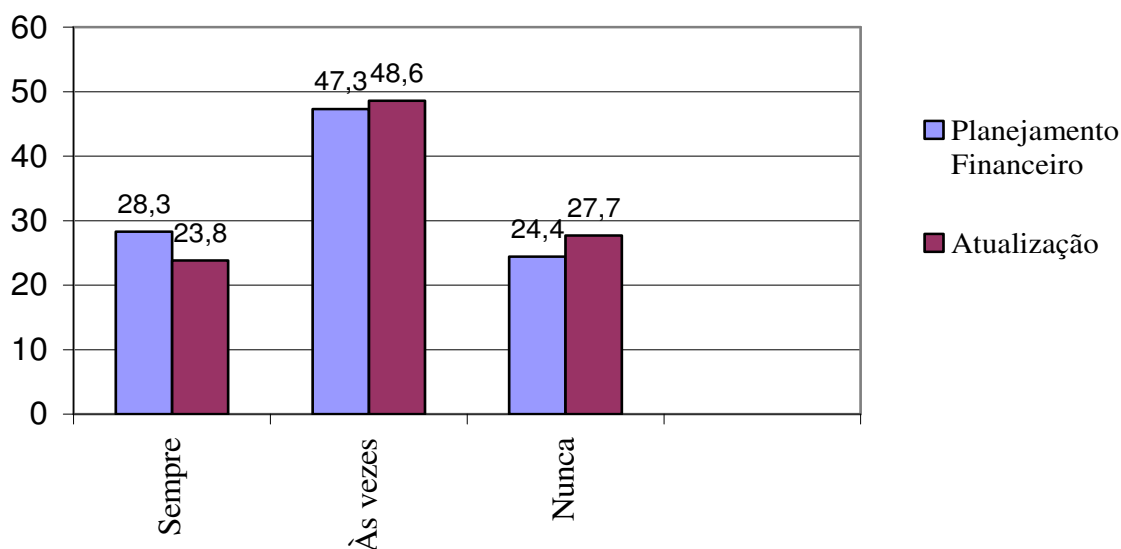


Figura 12 – Realização e atualização de planejamento financeiro  
 Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Segundo Ferreira (2008), os indivíduos frente a incertezas futuras, recorrem a um planejamento, esse, entre outros objetivos, inclui a previsão de poupança para suprir as necessidades financeiras futuras inesperadas.

Analisando a prioridade dada a destinação da renda e a realização e atualização do planejamento financeiro, conforme Figura 12, pode-se inferir que a minoria dos discentes prioriza a destinação da renda para poupança e investimento, ou seja, apenas 2,89% do total, e também não realiza e atualiza um planejamento financeiro com frequência, logo infere-se que os discentes estão pouco preparados financeiramente para as incertezas futuras.

Ao serem interrogados se possuem conta bancária, 86,5% responderam que sim, enquanto 13,5% responderam que não. Ao analisar se os entrevistados possuem cheque especial, 69,5% responderam que sim e apenas 30,5% que não, ou seja, a maioria dos discentes possui conta bancária, no entanto, não possui cheque especial. Quanto aos que possuem cheque especial, a maioria faz a utilização deste somente quando necessário, sendo estes 13,2% do total.

Baseando-se nos dados da pesquisa e com relação ao fato de possuírem dívida de longo prazo, 33,8% dos entrevistados responderam que têm dívida, mas que se trata de financiamento, cuja prestação sempre procura pagar em dia; 2,6% dos entrevistados possuem dívidas, mas não sabem quanto é o valor e nem como vão pagá-las; 12,5% informaram que irão pagar as dívidas em pouco tempo, tendo em vista que tomaram o cuidado de calcular se a

dívida cabe no orçamento; e 51,1% dos entrevistados informaram que não possuem dívidas de longo prazo. Desta forma, a grande maioria não possui dívidas de longo prazo. Também procurou-se verificar se existe correlação entre possuir conta bancária e exceder o valor que possui para pagamento das contas, considerando as questões 21 e 27 do Anexo A. Com isso observou-se que essas variáveis são independentes. No entanto, existe correlação entre utilizar o cheque especial e exceder o valor que se possui para pagamento das contas, questões 23 e 27 do Anexo A. Assim, conclui-se que os indivíduos utilizam o cheque especial para pagamento de excedentes no orçamento, o que prejudica sobremaneira a condição de planejamento diante das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras para essa modalidade de crédito.

O valor médio mensal da dívida dos discentes é de R\$ 227,21, esse valor é relativamente alto, tendo em vista que a renda pessoal mensal predominante é de R\$ 501,00 à R\$ 700,00. Ao analisar o percentual que as dívidas corresponde em relação a receita, notou-se que a maioria dos entrevistados não possui dívidas, ou seja, 49,5%. Além disso, verificou-se também que 24,8% dos entrevistados possuem dívidas correspondentes a menos de 25% da renda; 13,2% dos entrevistados possui dívidas relativas a 26% a 50% da renda; 9% dos entrevistados possui dívidas de 51% a 75% da renda e, 3,5% dos entrevistados tem dívidas acima de 76% da renda. No entanto, segundo Ferreira (2008), os indivíduos não admitem que têm dívidas, pois não se “lembra” do financiamento contraído para a compra de um imóvel ou do cartão de crédito, do cheque especial, que muitas vezes, é incorporado mentalmente, como se formasse parte do seu patrimônio e assim por diante.

Analisando a correlação existente entre o nível de endividamento verificou-se que para o nível de endividamento correspondente a menos de 25% da renda, 46 dos entrevistados, ou seja, 59,74% do total guarda parte da renda. Quanto aos indivíduos com nível de endividamento de 26% a 50% da renda, notou-se que 23 guardam parte da renda, 56,1% do total. Considerando o nível de endividamento de 51% a 75% da renda, verificou-se que somente 11 dos entrevistados guardam parte do dinheiro (39,28%). Analisando o nível de endividamento de acima de 76% da renda, apenas 1 indivíduo guarda parte da renda, ou seja, 9,09% do total. No entanto, a maioria desses não possui dívidas e guarda parte do dinheiro, sendo 103 dos entrevistados, correspondendo a 66,88% do total. Na Tabela 5 demonstra-se o comportamento dos discentes quanto a essa correlação.

Tabela 5 – Correlação entre o uso da renda e o nível de endividamento

Uso da Renda	Nível de Endividamento (correspondente a % da renda)					TOTAL
	Menos de 25%	26% a 50%	51% a 75%	Acima de 76%	Não tem dívidas	
Gasta Tudo	29	18	17	10	51	125
Guarda Parte	46	23	11	1	103	184
Guarda Tudo	2	0	0	0	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>41</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>154</b>	<b>311</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Verificando se os gastos mensais excedem o valor disponível para pagamento das contas, 158 dos entrevistados informaram que os gastos nunca excedem o valor disponível, 129 dos entrevistados informaram que às vezes os gastos excedem o valor disponível para pagamento, e apenas 24 dos entrevistados informaram que o valor sempre excede o valor disponível para pagamento, desta forma, o percentual foi de 50,8%, 41,5% e 7,7%, respectivamente.

Para uma melhor compreensão do nível de endividamento dos discentes, observou-se a correlação existente entre os gastos mensais excederem o valor disponível para pagamento das contas com o nível de endividamento, questões 26 e 27 do Anexo A. Deste modo, infere-se que o essas variáveis são dependentes, constando o seguinte resultado:

Tabela 6 – Correlação entre o nível de endividamento e os gastos mensais

Gastos Mensais excedem o valor disponível para pagamento	Nível de Endividamento (correspondente a % da renda)					TOTAL
	Menos de 25%	26% a 50%	51% a 75%	Acima de 76%	Não tem dívidas	
Sempre	9	6	2	1	6	24
Às vezes	30	21	17	7	54	129
Nunca	38	14	9	3	94	158
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>41</b>	<b>28</b>	<b>11</b>	<b>154</b>	<b>311</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Considerando que não é possível exceder os gastos mensais sem adquirir crédito, pois o indivíduo não pode gastar mais do que ganha, devido a restrição orçamentária, tem-se a partir da Tabela 6 que nos diversos níveis de endividamento existem indivíduos que excedem o valor disponível para pagamento das contas, às vezes ou sempre e, ainda, além de não conseguirem quitar as dívidas já existentes, adquirem mais dívidas, já que necessitam de crédito para exceder o valor disponível para pagamento das contas.

Ainda com base na Tabela 6, verificou-se que a maioria dos entrevistados não possui dívidas, ou seja, 154 do total, o que representa 49,5% e que dentre esses, 94 dos entrevistados

informaram que os gastos nunca excedem o valor para pagamento. Não obstante a isso, ocorreu uma considerável frequência dos gastos excederem o valor disponível para pagamento no nível de endividamento correspondente a menos de 25% da renda, ou seja, 9 e 30 dos entrevistados, respectivamente.

Segundo Ferreira (2008) é comum que as pessoas detenham preferência ao crédito ao consumidor quando se vêem diante da perspectiva de se endividar, pois essa forma de crédito não faz menção explícita onde se deve utilizar o dinheiro adquirido, como as outras formas de crédito existentes no mercado. Diante do exposto, os discentes foram perguntados a respeito dos eventos e situações que criam a necessidade de endividamento, considerando que os entrevistados poderiam marcar mais de uma opção para a questão 28 do Anexo A. Na Tabela 7 apresenta-se a distribuição dessa variável situações que levam ao endividamento:

Tabela 7 – Distribuição de situações de endividamento

Situação de Endividamento	Nº de Discentes	Percentual (%)
Alimentos	85	27,33
Roupas	151	48,55
Eletrodomésticos	35	11,25
Veículos	82	26,37
Imóveis	44	14,15
Saúde	84	27,01
Estudos	158	50,80
Impostos	29	9,32
Empréstimos	28	9
Gastos Excepcionais	26	8,36
Reforma de Imóveis	16	5,14

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Considerando que 67,20% dos discentes estudam em Instituições de Ensino Superior privada e que apenas 13,82% se utilizam de crédito educacional, faz-se necessário o desembolso/dispêndio com a mensalidade e outros gastos com estudo, logo para a maioria dos discentes esses gastos são uma das situações que os levam ao endividamento, ou seja, 50,80%.

Verificou-se que roupas (48,55%), alimentos (27,33%), saúde (27,01%) e veículos (26,37%) também são situações relevantes ao endividamento. Algumas dessas situações são bens ou serviços de necessidade básica, considerados indispensáveis para sobrevivência, onde não é possível abdicar desse consumo. No entanto, existem situações inesperadas e de difícil planejamento, pois não se pode prevê-las, esse tipo de endividamento é chamado de passivo, ou seja, alheio à vontade do indivíduo. Deste modo, seria necessário que os indivíduos

realizassem um planejamento financeiro, com uma reserva de recursos, para que essas situações inesperadas não se transformassem em dívidas e não criassem a necessidade de endividar-se. A falta de um planejamento adequado pode ocorrer em função da restrição orçamentária e as despesas serem com bens de necessidades básicas, nesse caso as necessidades imediatas acabam prevalecendo.

Para definir o nível de endividamento dos discentes, foi utilizada a Tabela 2 de indicadores de endividamento, conforme proposta na metodologia. Através dos cruzamentos dos dados da relação dívida/renda e controle dos gastos, obteve-se os seguintes resultados:

Tabela 8 – Distribuição dos discentes por nível de endividamento

Categoria	Condições		Total	
	Relação Dívida/Renda	Gastos mensais excedem a renda	Nº	(%)
Sem dívidas	Sem dívidas	Nunca	93	29,91
	Subtotal		93	29,91
Pouco Endividados	Sem dívidas	Às vezes e sempre sempre, às vezes ou nunca	61	19,61
	> 0 e ≤ 25%		77	24,76
	> 25% e < 50%	Nunca	14	4,50
	Subtotal		152	48,87
Com risco de sobre-endividamento	> 25% e ≤ 50%	Sempre e às vezes	27	8,68
	> 50% e ≤ 75%	às vezes e nunca	26	8,36
	Subtotal		53	17,04
	> 50% e ≤ 75%	Sempre	2	0,64
Sobre-endividamento	> 75%	sempre, às vezes ou nunca	11	3,54
	Subtotal		13	4,18
	Total		311	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

A partir do exposto na Tabela 8, notou-se que 29,91% dos entrevistados não possui dívidas, e que a maioria está pouco endividado (48,87%), mas que 17,04% do total encontra-se com risco de sobre-endividamento e, 4,18% encontram-se sobre-endividados.

Uma das principais influências desse panorama de endividamento pode ser a facilidade de acesso ao crédito. No entanto, o sobre-endividamento é caracterizado pela impossibilidade de pagamento das dívidas de forma durável. Com isso, os indivíduos que se encontram com risco de sobre-endividamento devem repensar suas escolhas para que não entrem no sobre-endividamento propriamente dito. Além disso os que se encontram sobre-endividados devem realizar um planejamento financeiro que possibilite o pagamento das dívidas.

### 4.3 Nível de educação financeira

A terceira parte do questionário, conforme Anexo A, permitiu avaliar o quanto os discentes conhecem e aplicam em seu dia-a-dia os conceitos de educação financeira.

Segundo Ferreira (2008), a qualidade da administração do dinheiro é fator mais importante do que o nível de renda. Neste sentido, a implementação de programas de orientação financeira, além da transmissão de informações e recomendações é necessária para uma melhor administração do dinheiro.

Quando questionados sobre conhecimentos para gerir seu próprio dinheiro, os entrevistados se caracterizaram da seguinte forma: 32 dos entrevistados se consideram nada seguro e gostariam de possuir maior conhecimento na área de educação financeira; 63 dos entrevistados declararam ser pouco seguro e também gostariam de possuir um maior conhecimento na área; 154 dos entrevistados se consideraram seguro sobre o assunto; e apenas 62 dos entrevistados se declararam muito seguro. Verificou-se também que a variável gerenciamento de recursos próprios não tem correlação significativa com o planejamento financeiro, questões 19 e 29 do Anexo A, concluindo-se que os detentores desse conhecimento não o utilizam para auxiliar na realização do planejamento financeiro.

Sendo assim, observou-se os seguintes níveis de conhecimento para gerenciamento de recursos próprios, distribuídos na Figura 13, a seguir:

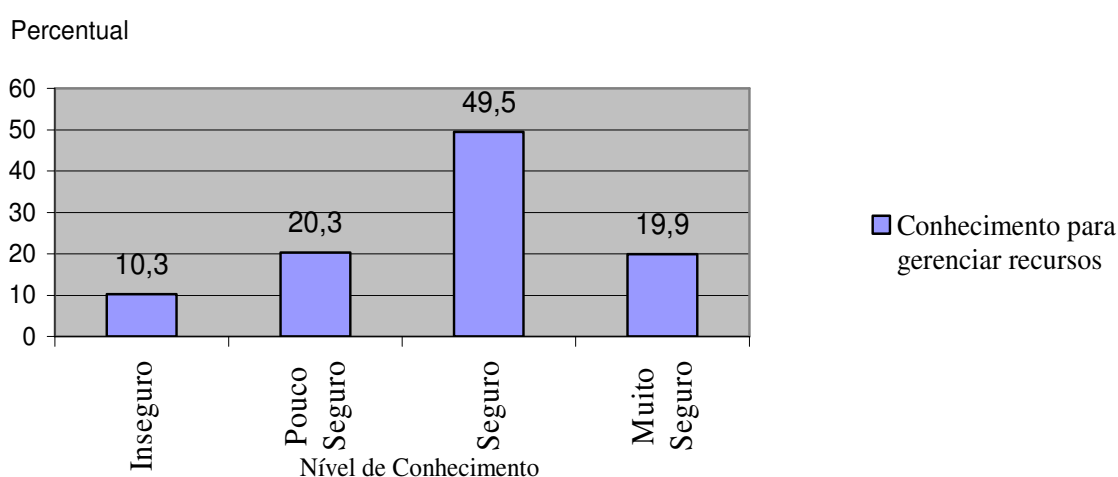


Figura 13 – Distribuição do percentual de conhecimento sobre gerenciamento de recursos próprios

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Analisando onde os discentes entrevistados adquiriram seus conhecimentos para gerir o dinheiro, constatou-se que: 154 dos entrevistados informaram que adquiriram



conhecimentos em casa, com a família, sendo este a maioria, ou seja, 49,52%; 21 declararam ter adquirido conhecimento em conversas com amigos (6,75%); 48 dos entrevistados adquiriram conhecimento em aulas da faculdade, sendo 15,43% do total; 21 informaram ser por meios de comunicação, ou seja, 6,75%; 67 dos entrevistados declararam ter adquirido conhecimento para gerir seus recursos através da experiência prática (21,54%), ou seja, experiência profissional.

Considerando o exposto, verificou-se que apenas 15,43% do total de entrevistados informaram ter adquirido conhecimento para gerir seus próprios recursos em aulas da faculdade, deste 35,29% do total estão cursando o 1º ano e, 64,70% cursam o 4º ano. Assim, pode-se inferir que os cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas deveriam dar maior atenção a área de gerenciamento das finanças pessoais.

Quando questionados sobre as alternativas que melhor representam a situação em relação a aposentadoria, a maioria dos discentes entrevistados, ou seja, 43,1% dos entrevistados informaram que tem planos de começar a poupar para esse fim, no entanto, um percentual de 32,8% informou que não se preocupa com isso, ainda, conforme apresentado na Figura a seguir:

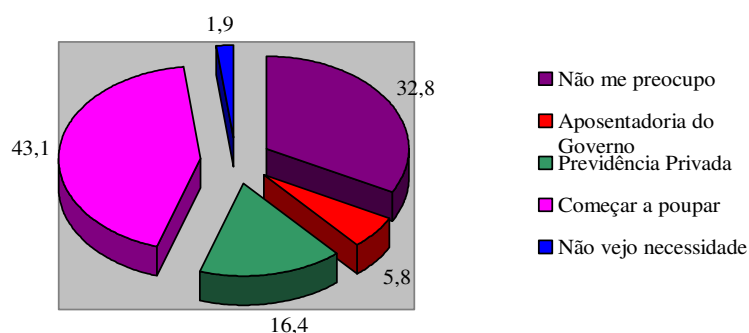


Figura 14 – Distribuição da preocupação com a aposentadoria  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Segundo Gallagher (2008), a busca por tranquilidade financeira na terceira idade deveria ser constante, porque o quanto antes começar a poupar, maior será a contribuição do rendimento recebido sobre esse capital investido para aposentadoria. Tendo em vista que a faixa etária média desses discentes é de 20,6 anos, e que a maioria desses tem trabalho formal

(56,6%), e tem uma vida economicamente ativa, auferindo renda, a preocupação com poupança e aposentadoria deveria ser levada em consideração, pois conforme a hipótese do ciclo de vida de Franco Modigliani, os indivíduos acumulam riqueza nos seus anos de trabalho e consomem essas riquezas acumuladas nos anos da aposentadoria. No entanto, com base nos dados da pesquisa, percebe-se que 34,73% dos discentes não se preocupam com isso, ou não vêem necessidade de poupar para tal fim, apenas 16,4% fazem um plano de previdência/poupança privada e, 43,1% desejam começar a poupar para aposentadoria.

No que se refere a variável de liquidez de aplicações, correspondendo a questão 33, do Anexo A, verificou-se que a maioria dos discentes entrevistados, 38,9%, conhece a liquidez das aplicações, isso implica em saber qual aplicação pode se transformar mais rapidamente em dinheiro e, conseqüentemente, a mais demorada para tal.

No entanto, conforme Tabela 9, os entrevistados responderam que se tivessem dinheiro para investimento, sem ter um prazo definido para resgatar, aplicariam em bens imobilizados (34,7%), assim, constatou-se uma inconsistência, pois se a maioria conhece a liquidez dos investimentos, porque então essa maioria aplicaria seus recursos financeiros em aplicação que apresentam baixa liquidez?

Tabela 9 – Disponibilidade para investimento

Investimento	Nº de discentes	Percentual (%)
Bens Imobilizados	108	34,7
Poupança	70	22,5
Ações	48	15,4
Fundos de Investimento	37	11,9
Aplicações de Renda Fixa	48	15,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Ao serem questionados quanto ao pagamento da fatura do cartão de crédito, a maioria dos entrevistados, 244 informaram que paga o saldo no vencimento, ou seja, 78,5% do total; 23 dos entrevistados declararam que paga apenas o mínimo quando está sem dinheiro (7,4%); 24 dos entrevistados responderam pagar o mínimo todo mês, e as vezes paga o saldo da dívida quando sobra dinheiro, sendo 7,7% do total; e 20 dos entrevistados informaram que paga somente o mínimo todo o mês, correspondendo a 6,43% do total.

Segundo Sousa e Torralvo (2008), a população tem dificuldade para gerir seus próprios recursos, uma vez que o uso do cartão de crédito, como maneira de adiar o pagamento referente à compra de um produto ou serviço, pode estar relacionada a necessidades de recursos financeiros extras. Esses autores concluem que essa dificuldade está

relacionada a comodidade ou falta de informação que levam à tomada de recursos por meio de linha de financiamentos com taxas de juros mais altas.

O conhecimento da taxa de juros do cheque especial é uma questão relevante para analisar o nível de educação financeira dos indivíduos, pois esse produto está acessível a praticamente todas as pessoas que são correntistas de algum banco. Desse modo, o desconhecimento da taxa cobrada pelos bancos acarreta muitos encargos financeiros e até mesmo o endividamento. A partir dos dados da pesquisa, pôde-se verificar que a maioria dos discentes entrevistados conhece a taxa de juros do cheque especial cobrada pelos bancos, ou seja, 31,9%, enquanto 22,3% dos entrevistados informaram que só sabem que a taxa é alta.

A Tabela 10 sintetiza as variáveis de conhecimento financeiro usadas na pesquisa, por meio dela pode-se definir quais as áreas de educação financeira precisam ser melhor trabalhadas com os discentes.

Tabela 10 – Distribuição da amostra por conhecimento das variáveis de educação financeira

Variável de educação financeira avaliada	Nº de entrevistados que demonstram conhecimento	Percentual (%)
Rendimentos de investimento para Aposentadoria	194	62,4
Liquidez de aplicações	121	38,9
Juros de despesas financeira do cartão de crédito	214	68,8
Utilização do cartão de crédito	244	78,5
Juros e despesas financeiras de investimento	179	57,6
Encargos financeiros em relação ao prazo da dívida	206	66,2
Conhecimento da taxa de juros do cheque especial	99	31,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Com base no exposto na Tabela 10 e, considerando as respostas das questões 31, 33, 35 a 39 do Anexo A, constatou-se que as áreas prioritárias a serem trabalhadas com os discentes deveriam ser:

- Conhecimento da taxa de juros do cheque especial, pois somente 99 dos entrevistados responderam corretamente a questão;
- A liquidez de aplicações, 121 dos entrevistados acertaram a questão;
- Juros e despesas financeiras de investimento, pois 179 dos discentes entrevistados, responderam corretamente a questão;

- Rendimentos de investimento para aposentadoria, 194 dos entrevistados acertaram a questão;
- Encargos financeiros em relação ao prazo da dívida, 206 dos discentes responderam corretamente;
- Juros de despesas financeiras do cartão de crédito, 214 dos entrevistados acertaram a questão;
- Utilização do cartão de crédito, tendo a maioria dos acertos, com 244 dos discentes.

Para avaliar o nível de educação financeira dos discentes foram consideradas as respostas das questões 19, 20, 23, 31, 33, 35, 36, 37, 38 e 39 do questionário no Anexo A. A Tabela 11 demonstra a distribuição dos discentes por nível de educação financeira, cuja pontuação percentual foi agrupada em três estratos, conforme mencionada anteriormente na metodologia.

Tabela 11 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira

Nível de Educação Financeira	Nº de discentes	Percentual (%)
0 a 60% - conhecimento insuficiente	168	54,02
61 a 75% - conhecimento moderado	76	24,44
76 a 100% - conhecimento satisfatório	67	21,54

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que a maioria dos discentes encontra-se no nível de educação financeira insuficiente, ou seja, 54,02%, o que justifica uma maior atenção para necessidade de cursos na área de gestão de recursos pessoais, pois é através da informação que os indivíduos desenvolvem habilidades para tomar decisões financeiras fundamentadas que propiciem um melhor bem-estar financeiro, sendo que esse benefício está favorecerá não só o indivíduo, mas também a sociedade, dada a melhora no desenvolvimento do mercado financeiro.

#### 4.3.1 Perfil dos discentes com conhecimento insuficiente

De acordo com os resultados da pesquisa, os discentes que possuem um conhecimento insuficiente para educação financeira, ou seja, que obtiveram nas questões referentes a esse assunto um percentual de acerto entre 0 e 60%, foram distribuídos da seguinte forma, no total

de 168: sexo feminino (52,98%), sexo masculino (47,02%) com média da faixa etária de 22,25 anos de idade. O Tabela 12, demonstra a distribuição da amostra com conhecimento insuficiente para educação financeira, tendo em vista a Instituição de Ensino, o curso e o ano cursado.

Tabela 12 - Distribuição do perfil dos discentes com conhecimento insuficiente para educação financeira

Variáveis	Alternativa	Frequência	Percentual (%)
Instituição de Ensino Superior	UNIOESTE	56	33,33
	FAG	61	36,32
	UNIVEL	51	30,35
Curso	Administração	75	44,64
	Ciências Contábeis	93	55,36
Ano Cursado	1º Ano	85	50,59
	4º Ano	83	49,41

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Através do exposto, verificou-se que 36,32% dos entrevistados que detêm conhecimento insuficiente são da Faculdade Assis Gurgacz – FAG. Quanto ao curso, há uma predominância no curso de Ciências Contábeis para esse nível de educação financeira, ou seja, 55,36%. A distribuição referente ao ano cursado é praticamente equivalente, ou seja, 50,59% do 1º ano e 49,41% do 4º ano. Levando em consideração que os discentes do 4º ano, deveriam estar mais preparados sobre o assunto, verifica-se a necessidade uma oferta de disciplinas nessa área de conhecimento.

A partir dos dados coletados, a predominância na renda pessoal mensal dessa estratificação é de R\$ 501,00 a R\$ 700,00, e a fonte de renda principal é o trabalho formal no período integral. Ao verificar-se o nível de renda familiar mensal, a maioria informou que essa é de R\$ 2.041,00 a R\$ 3.060,00, ou seja, aproximadamente 6 salários mínimos. Quanto a utilização do crédito educacional nesse nível de educação financeira, constatou-se que 24 dos entrevistados utilizam essa forma de crédito, ou seja, 14,28% do total.

Ao serem interrogados se possuem dívidas de longo prazo, 47,62% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 52,38% responderam que não, o valor médio das obrigações com terceiros dos discentes corresponde a R\$ 235,25. Ao analisar o percentual das dívidas em relação a renda pessoal mensal, verificou-se que para a maioria dos discentes que possuem dívidas, estas correspondem a menos de 25% da renda, apenas 3,57% dos discentes possuem mais de 75% da renda comprometida com dívidas.

Tendo em vista que foram feitas 10 questões para avaliar o nível de educação financeira, o percentual de acertos dessas questões, encontra-se distribuído na Tabela 13:

Tabela 13 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento insuficiente

Percentual de acertos	Nº de discentes	Percentual (%)
10% de acertos	1	0,6
> 20% e < 25% de acertos	9	5,36
> 30% e < 35% de acertos	25	14,88
> 40% e < 45% de acertos	29	17,26
> 50% e < 55% de acertos	58	34,52
> 60% de acertos	46	27,38
Total	168	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Considerando o exposto na Tabela 13, verificou-se que 1 dos entrevistados respondeu corretamente somente uma questão. A maior concentração foi de 50% a 55% de acertos, ou seja, os discentes acertaram cinco das dez questões envolvendo conhecimentos financeiros.

#### 4.3.2 Perfil dos discentes com conhecimento moderado

Considerando o nível de educação financeira como moderado, ou seja, acertos de 61 a 75% das questões aplicadas, essa estratificação é composta por 76 discentes. Deste modo, esses são distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 14 – Distribuição do perfil dos discentes com conhecimento moderado para educação financeira

Variáveis	Alternativa	Frequência	Percentual (%)
Instituição de Ensino Superior	UNIOESTE	24	31,58
	FAG	22	28,95
	UNIVEL	30	39,47
Curso	Administração	42	55,26
	Ciências Contábeis	34	44,74
Ano Cursado	1º Ano	40	52,63
	4º Ano	36	47,37

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Com base nos dados da pesquisa, observou-se que a maioria dos discentes dessa estratificação são da União Educacional de Cascavel – UNIVEL, ou seja, 39,47%. Desses 55,26% do total são do curso de Administração, e os discentes do 1º ano são predominantes,

correspondendo a 52,63% do total. Verificou-se que 27 dos entrevistados são do sexo masculino e 49 do feminino, e com faixa etária média é de 22,86 anos. Quanto a renda pessoal mensal, a frequência está na renda acima de R\$ 1.200,00, ou seja, 31,58% dos entrevistados, isso devido a fonte de trabalho ser formal, com carteira assinada, e também o período de trabalho ser integral, pois proporciona uma melhor remuneração. Considerando a renda familiar mensal, o percentual de 21,05% do total foi obtido entre a faixa de R\$ 3.061,00 a R\$ 4.080,00, correspondendo a aproximadamente 8 salários.

Ao avaliar o nível de dívidas de longo prazo, constatou-se que 55,26% dessa amostra possui algum tipo de dívida, essas correspondem, em média, a R\$ 254,67. A metade dos discentes que possuem conhecimento moderado sobre educação financeira excedem os gastos mensais. No entanto, 72 dos entrevistados informaram que realizam planejamento financeiro sempre ou às vezes, e 70 atualizam esse planejamento sempre ou às vezes.

A Tabela 15 possibilita uma visualização dos acertos das questões de educação financeira.

Tabela 15 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento moderado

Percentual de acertos	Nº de discentes	Percentual (%)
> 61% e < 65% de acertos	16	21,05
> 70% e < 75% de acertos	60	78,95
Total	76	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Verificou-se que 78,95% dos discentes acertaram sete das dez questões envolvendo conhecimentos financeiros, faltando pouco para obterem um percentual considerado satisfatório para o conhecimento da educação financeira.

#### 4.3.4 Perfil dos discentes com conhecimento satisfatório

Na identificação dos entrevistados por gênero, considerando o nível de educação financeira satisfatório, ou seja, 76 a 100%, obteve-se uma ligeira predominância do sexo feminino 53,73%, enquanto 46,27% são do sexo masculino. Trata-se de um grupo jovem com idade média de 23,19 anos, no entanto, é a média mais elevada entre as três divisões de educação financeira.

Tabela 16 – Distribuição do perfil dos discentes com conhecimento satisfatório para educação financeira

Variáveis	Alternativa	Frequência	Percentual (%)
Instituição de Ensino Superior	UNIOESTE	22	32,84
	FAG	24	35,82
	UNIVEL	21	31,34
Curso	Administração	37	55,22
	Ciências Contábeis	30	44,78
Ano Cursado	1º Ano	25	37,31
	4º Ano	42	62,69

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Com base nos dados da pesquisa, a maioria dos discentes com conhecimentos satisfatório são da Faculdade Assis Gurgacz – FAG, ou seja, 35,82% do total. O curso predominante é Administração, correspondendo a 55,22% e, 62,69% do total são do 4º ano.

A renda pessoal mensal dos discentes dessa faixa de educação financeira é superior à R\$ 1.200,00, assim, esses discentes correspondem a 35,82% do total. Além disso, verificou-se que a maioria desses possui emprego formal, a renda familiar mensal é acima de R\$ 4.081,00, ou seja, acima de 8 salários mínimos. Analisando o grau de escolaridade dos pais, observou-se que 29,85% têm o ensino superior completo ou pós-graduação.

Ao verificar se os indivíduos possuem dívidas, constatou-se que 49,25% dos entrevistados possui algum tipo de dívida de longo prazo, sendo que para esse nível de educação financeira, o valor médio mensal da dívida é de R\$ 175,93. Os entrevistados informaram que utilizam e atualizam o planejamento financeiro, sempre ou às vezes, correspondendo a 97,01% do total. Dessa forma, a educação financeira auxilia no planejamento financeiro.

A partir da Tabela 17 é possível visualizar os acertos das questões de educação financeira.

Tabela 17 – Distribuição dos discentes por nível de educação financeira – conhecimento satisfatório

Percentual de acertos	Nº de discentes	Percentual (%)
> 75% e < 80% de acertos	37	55,22
> 85% e < 90% de acertos	25	37,32
> 95% de acertos	4	5,97
100% de acerto	1	1,49
Total	67	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.



A predominância de acertos para essa estratificação foi de 75% a 80%, somente 4 dos entrevistados obtiveram 95% dos acertos e apenas 1 dos entrevistados acertou 100% das questões sobre educação financeira.

#### 4.4 Análise da relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos discentes

Para entender a relação entre os níveis de conhecimento financeiro e os níveis de endividamento calculados anteriormente, foi elaborada a Tabela 18, conforme segue:

Tabela 18 – Distribuição dos discentes, tendo em vista o nível de educação financeira e o nível de endividamento

Nível de Educação Financeira	Nível de Endividamento				Total
	Sem dívidas	Pouco endividado	Com risco de sobre-endividamento	Sobre-endividamento	
0 a 60% - conhecimento insuficiente	50	81	29	8	168
61 a 75% - conhecimento moderado	21	38	12	5	76
76 a 100% - conhecimento satisfatório	23	32	8	4	67
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>151</b>	<b>49</b>	<b>17</b>	<b>311</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Como visto anteriormente, o nível de endividamento predominante entre os discentes é o de “Sem dívidas” e “Pouco endividado” e o nível de educação financeira prevalecente é o de “conhecimento insuficiente”. Observa-se, na Tabela 18, que as maiores frequências do risco de sobre-endividamento e o sobre-endividamento estão relacionadas mais intensamente ao menor conhecimento financeiro, enquanto o melhor nível de educação financeira possui menor frequência nos piores níveis de endividamento. A maior percentagem daqueles que estão sem dívidas e pouco endividados são advindas do nível de conhecimento satisfatório de finanças.

Sendo assim, os resultados obtidos indicam que um melhor conhecimento de educação financeira influencia em menores níveis de endividamento, porém há exceções que mostram

que, mesmo o discente tendo uma educação financeira satisfatória, não há exclusão da possibilidade do indivíduo estar com risco de sobre-endividamento ou até mesmo sobre-endividamento, correspondendo a 8 e 4 dos entrevistados, respectivamente.

Devido aos resultados estatísticos, constatou-se que o endividamento dos discentes pode ser influenciado por outros fatores não considerados na pesquisa, tais como: informações passadas pelas instituições financeiras, fatores culturais, familiar, psicológico e etc. Assim, seria necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre as decisões econômicas dos indivíduos, tendo em vista que essas decisões não são regidas somente pela racionalidade. Com o auxílio da Psicologia Econômica pode-se compreender melhor as experiências humanas e o comportamento, para que dessa forma, seja possível avaliar outras variáveis que exercem influências nos níveis de endividamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar o nível de educação financeira dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Cascavel – PR.

Para tanto, procurou-se primeiramente identificar o perfil sócio-econômico dessa população. Deste modo, verificou-se que a maioria dos entrevistados, ou seja, 74,9% residem na cidade de Cascavel e 77,2% residem em bairros dessa cidade. Observou-se que 55,9% são do sexo feminino, sendo 79,1% solteiros, com uma faixa etária média de 20,6 anos, e com renda pessoal mensal predominante de R\$ 501,00 a R\$ 700,00, de tal modo, que a fonte de renda é o trabalho formal (com carteira assinada), tendo em vista que a maioria dos entrevistados (68,8%) trabalha em período integral. Considerando os 67,20% dos entrevistados que estudam em IES privadas, somente 13,82% se utilizam do crédito educacional.

Constatou-se que mais de 25% dos entrevistados possui renda familiar mensal acima de R\$ 4.081,00, deste modo, a renda familiar mensal está acima de 8 salários mínimos. Quanto ao número de residentes no domicílio, observou-se uma predominância de 3 a 4 pessoas, onde a maioria, ou seja, 68,8% dos entrevistados mora com os pais. Outra variável importante para o perfil sócio-econômico é o grau de escolaridade dos pais, onde constatou-se que 26,4% tem o ensino médio completo.

Na seqüência, para uma melhor compreensão sobre o nível de educação financeira dos discentes, efetuou-se a análise da estrutura das finanças pessoais dos discentes. Deste modo, observou-se que 59,2% dos entrevistados guarda parte do dinheiro, no entanto, somente 2,9% desses informaram que a prioridade na destinação da renda é a poupança ou investimento. Observou-se ainda, que grande parcela dos discentes não realiza e não atualiza um planejamento financeiro, 24,4% e 27,7%, respectivamente.

Além disso, verificou-se que 51,1% dos entrevistados não possui dívidas, contudo 48,9% dos entrevistados possui algum tipo de dívida, seja ela planejada, de curto prazo ou até mesmo de longo prazo. O valor médio mensal da dívida dos discentes é de R\$ 227,21, valor considerado alto, tendo em vista que a renda pessoal mensal predominante é de R\$ 501,00 à R\$ 700,00. Ao verificar se os gastos mensais excedem o valor disponível para pagamento das contas, constatou-se que em 50,8% do total, os gastos mensais nunca excedem o valor disponível, em 41,5% os gastos às vezes excedem o valor disponível e 7,7% do total

informaram que os gastos mensais sempre excedem o valor disponível para pagamento das contas.

Desta maneira, os resultados apontaram que as principais situações que levam os discentes a se endividar são: estudos (50,80%), roupas (48,55%), alimentos (27,33%), saúde (27,01%) e veículos (26,37%). Também observou-se que alguns desses bens e serviços podem ser considerados como sendo de necessidades básicas, deste modo, não é possível abdicar do consumo desses mesmos. Contudo, existem situações que são de difícil planejamento, tendo em vista as incertezas quanto ao futuro. Desta maneira, os discentes deveriam realizar um planejamento financeiro, com uma reserva de recursos para que essas situações inesperadas não se transformassem em dívidas ou não criassem a necessidade de endividamento.

Com relação ao nível de endividamento dos discentes, verificou-se que a maioria encontra-se “sem dívidas” ou “pouco endividados”, 29,91% e 48,87%, respectivamente. Entretanto, existe uma parte considerável “com risco de sobre-endividamento”, 17,04% do total e, no nível de “sobre-endividado” encontram-se 4,18% dos discentes pesquisados. Assim, é relevante que haja uma atenção para esse resultado, principalmente no que se refere ao risco de sobre-endividamento, pois para que esse não se transforme no sobre-endividamento propriamente dito, é necessário que os discentes realizem um planejamento financeiro que vise especificamente a quitação dessas dívidas. No caso dos que estão já se encontram no nível de sobre-endividamento, os mesmos devem realizar um planejamento financeiro que possibilite o pagamento das dívidas.

A qualidade da administração do dinheiro é um fator muito importante na vida financeira. Assim, para verificar o nível de educação financeira dos discentes, analisou-se como eles se sentem a respeito do gerenciamento de recursos próprios e onde adquiriram esse conhecimento. Nesse sentido, observou-se que a maioria dos pesquisados (49,5%) se declararam seguros sobre o assunto, 49,5% dos entrevistados informaram que adquiriram conhecimentos de gerenciamento de dinheiro em casa com a família, somente 15,43% informaram que os conhecimentos adquiridos foram em aulas da faculdade. Notou-se que a variável gerenciamento de recursos próprios não tem correlação significativa com o planejamento financeiro, assim pode-se concluir que os detentores desse conhecimento não o utilizam para auxiliar na realização do planejamento financeiro.

Com isso, infere-se que os cursos de graduação deveriam dar maior atenção aos ensinamentos em gerenciamento das finanças pessoais, já que esse conhecimento pode auxiliar os indivíduos a tomarem decisões economicamente otimizadas para o consumo,

poupança ou investimento.

Uma das inconsistências apontadas pela pesquisa foi a avaliação de um maior ou menor risco da liquidez dos investimentos, pois constatou-se que 38,9% conhece a liquidez das aplicações, no entanto, os discentes aplicariam seu dinheiro em bens imobilizados que apresentam uma baixa liquidez.

Com relação ao nível de educação financeira, a maioria dos discentes possui conhecimento insatisfatório sobre o assunto, ou seja, 54,02% do total. Ocorreu uma maior carência de conhecimento em assuntos como: conhecimento da taxa de juros do cheque especial, liquidez de aplicações, juros e despesas financeiras de investimento, rendimentos de investimentos para aposentadoria. Sendo assim, torna-se necessário a oferta de disciplinas na área de educação financeira que abordem os assuntos supracitados, com menor conhecimento por parte dos discentes.

A análise da relação entre o nível de endividamento e educação financeira apontou que os piores níveis de endividamento estão associados ao baixo conhecimento em educação financeira, assim, um melhor conhecimento de educação financeira influencia em menores níveis de endividamento. No entanto, existem exceções, correspondendo a 3,86% do total, que demonstram que, mesmo com um nível de educação financeira satisfatório, podem estar com risco de sobre-endividamento ou até mesmo sobre-endividados. Com isso, um maior nível de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas.

Ressalta-se, entretanto, que uma das limitações da pesquisa está associada à possibilidade de que os discentes não reconhecem seus gastos, uma vez que os indivíduos não admitem que têm dívidas.

A expectativa de que os diferentes cursos de graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas pudessem deter um determinado nível de educação financeira é inexistente para essa pesquisa, pois não houve diferença nas respostas dadas pelos discentes das instituições de ensino privadas ou pública, nem quanto ao curso de Administração ou Ciências Contábeis. Outra expectativa era a de que os discentes do 4º ano detivessem um conhecimento maior sobre a temática, no entanto, percebeu-se que tanto esses discentes do 4º ano quanto os do 1º ano possuem um conhecimento equivalente, assim infere-se que esse conhecimento pode ser influenciado pelo meio que as informações e orientações são obtidas, tais como orientação familiar, revistas, experiência profissional.

Considerando que a temática da educação financeira ainda é pouco explorada e difundida no Brasil, espera-se que esta pesquisa contribua na ampliação dessa discussão, dada

a relevância que a mesma apresenta no cotidiano dos indivíduos. Diante do exposto, acredita-se que o presente trabalho tenha permitido compreender melhor aspectos importantes relativos ao nível de educação financeira dos discentes.

Com base no exposto, observou-se que as decisões frente ao consumo, são influenciadas por fatores internos e externos aos indivíduos e as escolhas financeiras não são regidas somente pela racionalidade, tendo em vista que a questão emocional influencia na tomada de decisões financeiras. Assim, é necessário a busca pela compreensão das experiências humanas e comportamentais, através de conteúdos voltados a psicologia econômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. **O consumidor de baixa renda:** entenda a dinâmica de consumo da nova classe média brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais:** relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. Curitiba: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/13678/1/Camila%20Camargo%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%202007.pdf>> Acesso em: 07 maio, 2010.

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. S. B. **Finanças pessoais:** conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO PARANÁ (CORECON PR) **Entenda de economia:** dicas para consumo consciente, 2010.

CLAUDINO, L. P. et al. **Finanças pessoais:** um estudo de caso com servidores públicos. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>> Acesso em: 1 maio, 2010.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia.** 2. ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia econômica:** como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FISHER, I. **A teoria do juro:** determinada pela impaciência de gastar renda e pela oportunidade de investi-la. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREITAG, V. da C. **A contabilidade pra controle das finanças pessoais:** a visão do acadêmico. Paraná: Universidade Tuiuti do Paraná, 2009. Disponível em <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/669.pdf>> Acesso em: 3 jan., 2010.

GALLAGHER, L. **Planeje seu futuro financeiro:** o guia sobre investimentos para multiplicar seu patrimônio. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GASTALDI, J. P. **Elementos de economia política.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2007. **Síntese de Indicadores Sociais.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhoje.html>. Acesso em: 6 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2009. **Pesquisa de Orçamentos Familiares.** Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 2 dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2009. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2009.

LAUT, P. **O dinheiro é meu amigo**. 10.ed. São Paulo: Pensamento, 1997.

LUCCI, C. R. **A Influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. 2006. Disponível em <[http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/266.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf)>. Acesso em: 1 maio, 2010.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2004.

NARDI, S. **A nova era do consumo de baixa renda: consumidor, mercados, tendências e crise mundial**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009.

NERI, M. **A nova classe média: lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/ncm/>>. Acesso em: 13 out. 2010.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2010.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (org.). **Economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SERASA - **Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito**. 2010a. Disponível em <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

SERASA - **Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor - Sem Ajuste Sazonal**. 2010 b. Disponível em <<http://www.serasaexperian.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

SOARES, P. R.; LEBOUTTE, C. **Educação Financeira para a família: solucione seus problemas aprendendo a enfrentá-los**. São Paulo: All Print Editora, 2007.



SOUSA, A. F. de; TORRALVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro:** coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade. São Paulo: Saraiva, 2008.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo:** acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: 2007.

TOSCANO JUNIOR, L. C. **Guia de referência para o mercado financeiro.** São Paulo: El Edições Inteligentes, 2004.

VIEIRA, S. F. A. et al. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança:** uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. Universidade Estadual de Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/341.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

**ANEXO**

ANEXO A – Questionário aplicado aos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior, de Cascavel – PR.

### Pesquisa de Educação Financeira

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Bloco I – Perfil Sócio-econômico

1. **Instituição de Ensino:** ( ) FAG ( ) UNIOESTE ( ) UNIVEL
2. **Curso:** ( ) Administração ( ) Ciências Contábeis
3. **Ano:** ( ) 1º ( ) 4º
4. **Reside em Cascavel:** ( ) Sim ( ) Não
5. **Região:**( ) Centro ( ) Bairro
6. **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino
7. **Estado Civil:**  
 ( ) Solteiro ( ) Casado/União Estável  
 ( ) Separado ou Divorciado ( ) Outros
8. **Idade:** \_\_\_\_\_ anos
9. **Renda Pessoal Mensal:**  
 ( ) Até R\$ 300,00  
 ( ) R\$ 301,00 à R\$ 500,00  
 ( ) R\$ 501,00 à R\$ 700,00  
 ( ) R\$ 701,00 à R\$ 900,00  
 ( ) R\$ 901,00 à R\$ 1100,00  
 ( ) R\$ 1101,00 à R\$ 1.200,00  
 ( ) Acima de R\$ 1.200,00
10. **Qual a sua principal fonte de renda (marque somente uma alternativa):**  
 ( ) estágio  
 ( ) trabalho formal (com carteira assinada)  
 ( ) trabalho informal (sem carteira assinada)  
 ( ) não trabalha e recebe ajuda de custo da família (mesada)  
 ( ) não trabalho e não recebe ajuda de custo da família (mesada)
11. **Em qual período trabalha?**  
 ( ) Integral ( ) Parcial ( ) Não Trabalha
12. **Renda Familiar Mensal (descontada a sua):**  
 ( ) Até R\$ 510,00  
 ( ) R\$ 511,00 à R\$ 1.020,00

- R\$ 1.021,00 à R\$ 1.530,00  
 R\$ 1.531,00 à R\$ 2.040,00  
 R\$ 2.041,00 à R\$ 3.060,00  
 R\$ 3.061,00 à R\$ 4.080,00  
 Acima de R\$ 4.081,00

**13. Você utiliza-se de algum programa de crédito educacional?**

- FIES                       PROUNI                       Bolsa  
 Não utilizo               Outros. Especifique \_\_\_\_\_

**14. Quantas pessoas residem no seu domicílio? \_\_\_\_\_ pessoas**

**15. Assinale quais as pessoas que residem com você? (Marque mais de uma resposta, se necessário)**

- Pais                       Cônjuge/Companheiro(a)               Filhos                       Outros

**16. Qual o maior grau de escolaridade dos seus pais?**

- Ensino Fundamental Incompleto  
 Ensino Fundamental Completo  
 Ensino Médio Incompleto  
 Ensino Médio Completo  
 Ensino Superior Incompleto  
 Ensino Superior Completo  
 Pós-graduação Completo ou Incompleto

**Bloco II – Estrutura das Finanças Pessoais**

**17. Quanto ao uso de sua renda pessoal, como você se comporta?**

- gasta todo o dinheiro     guarda parte do dinheiro     guarda todo o dinheiro

**18. Enumere em ordem de destinação considerando sua renda pessoal:**

- Despesas Gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc)  
 Despesas Pessoais (lazer, vestuário, etc)  
 Despesas com estudo (mensalidade, transporte, xerox, etc)  
 Complemento do orçamento familiar (se você não é a principal fonte de renda mas ainda assim ajuda em casa)  
 Financiamento e prestações para aquisição de bens  
 Poupança e Investimento

**19. Você utiliza algum planejamento financeiro para controlar suas despesas?**

- Sempre                       Às vezes, quando necessário                       Nunca

**20. Você segue e atualiza este planejamento para equilibrar suas despesas?**

- Sempre                       Às vezes, quando necessário                       Nunca

**21. Você possui conta bancária?                       Sim                       Não**

**22. Caso Sim, tem cheque especial?                       Sim                       Não**

**23. Com que frequência você usa o cheque especial?**

- ( ) Não possui ( ) Todo mês ( ) Algumas vezes  
 ( ) Somente quando necessário ( ) Nunca

**24. Você tem algum tipo de dívida de longo prazo (> 3 meses)? (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)**

- ( ) Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia  
 ( ) Sim, tenho, mas não sei bem quanto nem como irei pagá-las  
 ( ) Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las  
 ( ) Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

**25. Se sim, qual o valor médio mensal desta dívida (R\$)? \_\_\_\_\_****26. Se você tem dívidas elas correspondem a (em %)?**

- ( ) Menos de 25% de sua renda  
 ( ) Entre 26% a 50% de sua renda  
 ( ) Entre 51% a 75% de sua renda  
 ( ) Acima de 76% de sua renda  
 ( ) Não tenho dívidas

**27. Seus gastos mensais excedem o valor que você possui para pagar suas contas?**

- ( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Nunca

**28. Quais eventos e situações criam necessidade de você se endividar (por endividamento entende-se qualquer compra a prazo, por exemplo: cartão de crédito, carnê, caderneta, cheque especial, boleto)? (Marque 3 opções)**

- ( ) Compra de Alimentos ( ) Gastos com estudos  
 ( ) Compra de roupas ( ) Pagamento de Impostos  
 ( ) Compra de eletrodomésticos ( ) Pagamento de empréstimos  
 ( ) Compra de Veículos ( ) Gastos excepcionais (morte, nascimento...)  
 ( ) Compra de imóveis ( ) Reforma de imóveis  
 ( ) Gastos com Saúde  
 ( ) Outros. Especifique \_\_\_\_\_

**Bloco III – Nível de Educação Financeira****29. Como você sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?**

- ( ) Nada seguro, eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira  
 ( ) Não muito seguro, eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças

- Razoavelmente seguro, eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- Muito seguro, eu possuo conhecimentos bastantes amplos sobre finanças

**30. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro (enumere em ordem crescente)**

- Em casa, com a família
- De conversas com os amigos
- Em aulas na faculdade
- De revistas, livros, TV e o rádio
- De minha experiência prática

**31. Ronaldo e Adriana têm a mesma idade. Aos 25 anos, ela começou a aplicar R\$ 1.000,00 por ano, enquanto o Ronaldo não guardava nada. Aos 50 anos, Ronaldo percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 2.000,00 por ano, enquanto Adriana continuou poupando seus R\$ 1.000,00. Agora eles têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro para sua aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?**

- Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas
- Ronaldo, porque poupou mais a cada ano
- Adriana, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos

**32. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?**

- Não me preocupo com isso ainda
- Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria
- Tenho planos de começar a poupar para isso
- Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

**33. Em caso de alguma urgência, qual das aplicações abaixo é a mais demorada para obter recurso?**

- Poupança ou Fundos de Investimento de curto prazo
- Ações ou Dólar
- Conta-corrente
- Bens (Carro, moto, imóvel...)

**34. Se você tivesse dinheiro para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identificaria como aplicador?**

- Bens imobilizados (Carro, moto, imóvel...), pois a segurança para mim é a coisa mais importante
- Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento
- Ações, pois agrada-me a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas

- Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco
- Aplicações de renda fixa como CDB ou letras do tesouro nacional, que rendem mais que a poupança

**35. Qual das pessoas abaixo pagaria mais de juros e outras despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de créditos?**

- Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.
- Luís, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.
- Nanci, que sempre paga o mínimo

**36. Como você age no seu dia-a-dia quanto ao uso do cartão de crédito?**

- Agiria como a Ellen, pago o saldo do cartão de crédito no vencimento
- Agiria como o Pedro, pago apenas o mínimo do cartão de crédito quando estou sem dinheiro
- Agiria como o Luís, pago o mínimo todo mês, as vezes pago mais um pouco quando sobra dinheiro
- Agiria como a Nanci, que sempre paga o mínimo

**37. Dirceu e Roberto são jovens que têm o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 10.000,00. Quem pagará um valor mais alto pelo bem?**

- Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses
- Roberto, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista
- Não sei

**38. Se você precisasse do carro daqui a 12 meses, qual a melhor alternativa na sua visão?**

- Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez Dirceu
- Poupar por alguns meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Roberto
- Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.

**39. Você sabe qual a taxa de juros do cheque especial cobrada pelo banco?**

- menos de 6% a.m.
- de 6% a.m. a 10% a.m.
- acima de 10% a.m.
- Não sei qual é a taxa cobrada
- Só sei que a taxa é alta